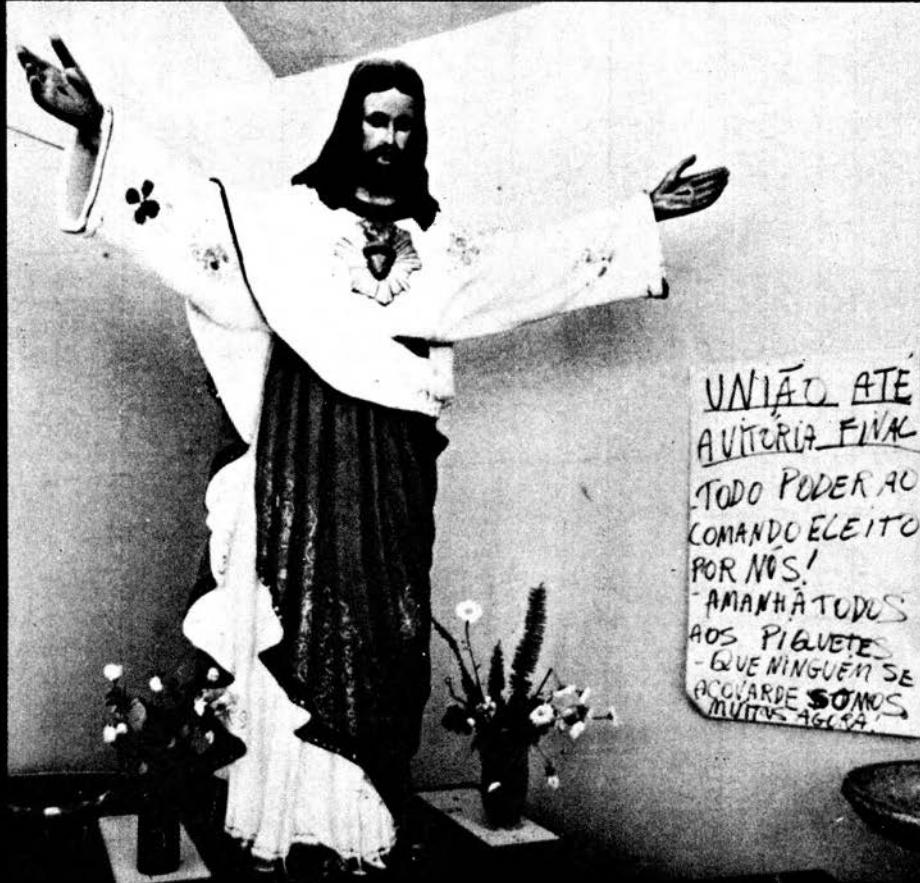


tempo e **presença**

Publicação mensal do CEDI
Número 157
Fevereiro de 1980



EVANGELIZAÇÃO E COMPROMISSO POPULAR

Teologia dos oprimidos

Documento final do Congresso Internacio-
nal Ecumênico de Teologia, realizado em
São Paulo de 20 de fevereiro a 2 de mar-
ço, com a participação de 180 pessoas vin-
das de países do chamado Terceiro Mun-
do. Nele a Igreja procura responder ao
desafio lançado pelos movimentos popula-
res e pelas comunidades eclesiais de base
de que sua opção pelos pobres se traduza
em atos concretos. Página 12.

Documento

Evangelização, Processo Libertador

Última Página

Igreja e Estado em El Salvador: repressão e morte

Editorial

“...mas o que ouve e não pratica é semelhante a um homem que edificou uma casa sobre a terra sem alicerces e arrojando-se o rio contra ela, logo desabou, e aconteceu que foi grande a ruína daquela casa”
(Lucas 6,49)



É comum, é corrente termos críticas e denúncias contra os que, nas Igrejas, procuram efetivar os ensinamentos de Jesus Cristo. Desde João XXIII que nos acostumamos com as imprecações de que a Igreja está se “comunizando” há 20 anos.

Pois há 20 anos a Igreja está, na verdade, procurando viver ainda mais evanglicamente este texto de Lucas.

Tempo e Presença, neste número, coloca em primeira mão para os seus leitores as conclusões de dois eventos importantes das Igrejas neste fevereiro da década de 80. A Pré-consulta Nacional sobre Evangelização realizada no Rio de Janeiro e o Congresso Internacional Ecumênico de Teologia realizado em São Paulo.

A Pré-consulta teve um caráter preparatório para a Consulta Nacional a ser realizada em setembro de 1980. As Igrejas Protestantes procuraram entender e compreender o Evangelho dentro da realidade sócio-política do Brasil. Participaram 50 pessoas representando a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, a Igreja Metodista, a Igreja Episcopal do Brasil, a Igreja Cristã Reformada e a Federação Nacional das Igrejas Presbiterianas. Estiveram também representantes de outras entidades como a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços), o ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião), o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), a ASTE (Associação de Seminários Teológicos Evangélicos), DIACONIA, e representante do Conselho Mundial de Igrejas.

Se até então, para algumas destas igrejas, a evangelização era voltada, prioritariamente, para a sua autodefesa e autocrescimento, esta Pré-consulta procura aprofundar o significado da tarefa evangelizadora no Brasil de hoje.

O Congresso Internacional Ecumênico de Teologia realizado em São Paulo, no Taboão da Serra, expressa o movimento popular das Igrejas do Terceiro Mundo. A emergência dos pobres do mundo que clamam a instauração da BOA-NOVA prometida pelo Cristo. E talvez por esta razão foi vivido num clima de limites, questionamentos e conflitos. É sabida a pressão exercida pelo Papa, através de D. Baggio, para a sua não-realização. Críticas veementes vieram de todos os lados e cantos. Mas também o apoio de setores ecumênicos. Nele estava presente um dos presidentes do Conselho Mundial de Igrejas e recebeu um telegrama de solidariedade do presidente do Conselho Latino-Americano das Igrejas (CLAI).

Mas... não se faz ação e não se pratica sem estas tensões e limites. Isto nos mostram as primeiras comunidades cristãs... “Quem é de Paulo, quem é de Pedro?” perguntava atônito o apóstolo.

No entanto, os que ouviram a Palavra da Vida buscam, apesar de tudo, colocá-la em prática. E podemos estar seguros de que a casa que será atingida pela ruína não será a da maioria oprimida, mas sim, de uma minoria hipócrita que ouve a Palavra e em nome dela tem uma prática de opressão e morte.

tempo e **presença**

**Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
CEDI**

Diretor
Domício Pereira de Matos
Coordenador
Paulo Cesar Loureiro Botas
Planejamento Visual
Claudius Ceccon
Arte
Anita Slade
Equipe de Redação
Carlos Cunha,
José Ricardo Pereira Ramalho

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
José Ricardo Pereira Ramalho
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Júnior
Carlos Mesters
Beatriz Araújo Martins

Composição e Fotolito
Clik – Rua do Senado, 200 - s/202
Tel.: 252-4610 – Rio de Janeiro, RJ.
Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Remessa em cheque pagáveis no Rio para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082 – 22241
Rio de Janeiro, RJ
Publicação mensal
Registro de acordo com a Lei de Imprensa

Evangelização, Processo Libertador



Uma nova etapa na obra de evangelização das Igrejas evangélicas brasileiras se anuncia nesta década de 80. A reunião de Pré-consulta, cujas conclusões publicamos neste número, deu-se no Rio de Janeiro, de 26 de fevereiro a 1º de março. As Igrejas evangélicas se unem para enfrentar o desafio da realidade brasileira para criar as condições concretas onde o Evangelho de Jesus Cristo possa ser sinal de unidade e liberdade entre os pobres e oprimidos.

A Comissão de Redação, tendo recebido os quatro relatórios e, dada a exiguidade de tempo, para refundi-los num só documento de redação uniforme, respeitosamente submete-os ao Plenário da Pré-Consulta na forma em que os mesmos foram apresentados, evitando-se, com isso, uma redação precipitada que poderia comprometer a riqueza do conteúdo do trabalho dos grupos.

Considerando que os relatórios em pauta foram formulados por membros vindos de Igrejas com tradições e formações teológicas distintas;

Considerando as eventuais limitações decorrentes da pluralidade de opiniões e posicionamentos;

Considerando a diversidade de temas e a importância de preservar a diversidade que enriquece a unidade;

Considerando o alto significado do consenso alcançado nos grupos através do diálogo franco, leal e fraterno;

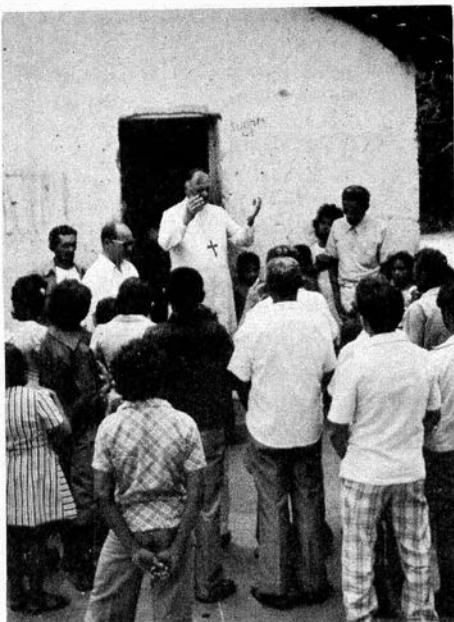
Concluímos que estes relatórios representam um sincero esforço no sentido de levantar problemas e indicar pautas que auxiliem a Comissão Preparatória da Consulta sobre Evangelização a elaborar um programa com temática a mais oportuna e relevante possível que corresponda às necessidades e ansiedades de nossa realidade eclesiástica e nacional em seus vários aspectos.

Grupo 1

A INSTITUIÇÃO EVANGÉLICA E O EVANGELHO

Introdução

A abordagem em nível interconfessional da questão da "Instituição Evangélica e o Evangelho" impõe um *aprofundamento* da natureza das realidades fundamentais que são:



O Evangelho, a Igreja, e a Evangelização – Missão

O Evangelho é a boa notícia da ação redentora e libertadora de Deus a favor de todos os homens em todos os tempos. A plenitude do Evangelho manifesta-se na encarnação do Verbo, Jesus Cristo, e no seu Reino.

Em Jesus Cristo Deus realizou a reconciliação do mundo consigo mesmo (2 Co 5.18).

A ação de Deus em Cristo e através do Espírito Santo é sempre fecunda. Em consequência surge a Igreja, a Comunidade (“koinonia” comunhão) da Fé, em resposta à iniciativa libertadora de Deus. Esta resposta é dada em termos do contexto específico de cada situação histórica. Assim as comunidades cristãs, porque são históricas, humanas, têm que assumir formas institucionais específicas; Cremos que as diversas confissões eclesiásticas representam tentativas de fidelidade ao Evangelho por parte dos cristãos que viveram em suas respectivas origens e realidades;

Lamentamos e confessamos, na exposição de nossa fé evangélica, o pecado da desunião em que vivemos como denominações;

Cremos ainda que as formas institucionais das diferentes denominações evangélicas são permanentemente desafiadas pelo dinamismo do amor de Cristo a constantes reformulações;

Constatamos que o Novo Testamento não contém um modelo institucionalizado para a Igreja, mas uma exigência de unidade (At 2.42; Jo 17; 1 Co 12.13; Ef 4.4). O Espírito Santo reservou para sua exclusiva autoridade a condução do processo de adequação da estrutura da Igreja aos desafios e oportunidades;

A instituição eclesiástica vive dia-a-dia a tensão entre a liberdade de preservar e criar condições e formas relevantes, e a responsabilidade de discernir a intenção libertadora de Deus para cada contexto histórico;

O protestantismo brasileiro é grato a Deus pelos esforços de fidelidade de seus predecessores que lhe legaram a fé cristã nas formas institucionais por nós herdadas. Mas, igualmente, estremecemos ante a urgência e o vulto da obra de descoberta e incorporação de respostas eclesiás autênticas aos multiformes e novos desafios do cenário brasileiro de dimensões continentais;

A Igreja é enviada ao mundo por Deus que assim continua a sua obra salvífica manifesta em Jesus Cristo (Jo 20.21). *Missão* é um processo dinâmico de crescimento que se expande e ultrapassa todos os limites.

A missão se manifesta no proclamar das boas novas e resulta em “metanóia” (arrependimento e conversão). É imprescindível que esta proclamação seja testemunhada e vivenciada no serviço em prol do outro no contexto da sociedade em todos os seus níveis segundo o exemplo do esvaziamento (kenosis) de Cristo (Fp 1.2,5.).

A missão é responsabilidade de *toda* estrutura eclesiástica e também de cada membro da mesma. O testemunhar e servir não podem ser restritos aos meios eclesiásticos, mas devem estender-se a todas as esferas da atividade humana, tais como: vida política, econômica, social, cultural etc.

Tradicionalmente “a evangelização” é a verbalização desta missão. Entendemos que este aspecto deve ser mantido e ao mesmo tempo ampliado o conceito de evangelização, para que haja um maior entrelaçamento entre a proclamação e a ação, sem que isto leve a uma dicotomia, nem a uma identificação das duas.

Apelo

Apelamos aos cristãos para a urgente tarefa de refletirem e atuarem na oportunidade representada pela atual “abertura política”.

Chamamos a atenção do protestantismo brasileiro para a inadiável forma de fidelidade ao Evangelho representada pela ação das Igrejas e seus membros, direta e indiretamente, visando a constatação e eliminação das causas da opressão e alienação da grande maioria do povo brasileiro, e não apenas atenuando suas consequências.

Reconhecemos que nossas igrejas têm procurado servir mediante a assistência social, aliviando assim o sofrimento de nosso povo. Contudo, urge agora entender que a ação libertadora de Cristo estende-se a todas as dimensões da realidade humana e cósmica. Entre essas dimensões avultam as questões do poder de decisão, poder político, quanto às estruturas e relações sociais de nosso povo.

Estavam presentes cinqüenta participantes, representando as seguintes Igrejas: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo, Igreja Metodista, Igreja Episcopal do Brasil (Anglicana), Igreja Cristã Reformada e Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas. Além dessas Igrejas, estavam presentes, representantes das seguintes entidades: ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião), CEDI (Centro Ecuménico de Documentação e Informação), ASTE (Associação de Seminários Teológicos Evangélicos) e DIACONIA. A Confederação Evangélica do Brasil (CEB), embora convidada, na pessoa do seu presidente, Rev. Manoel da Silveira Porto Filho, não compareceu. Representando o CMI (Conselho Mundial das Igrejas) esteve presente o Rev. Dr. Emilio Castro, diretor da Divisão de Missão e Evangelismo do referido Conselho. Esteve também presente, como convidado, um membro da Comissão de Organização do Conselho Nacional de Igrejas, Bispo Sady Machado da Silva, que foi escolhido pelo plenário para presidir a Pré-consulta.

A CESE (Coordenadoria Ecuménica de Serviço) preparou e organizou a Pré-consulta. A Comissão Coordenadora foi composta dos seguintes membros: Enilson Rocha Souza, secretário executivo da CESE (foi o coordenador geral), Rev. Sidney A. Ruiz, Pastor Friedrich Gierus, Rev. Derrel Santee e Rev. Joaquim Beato.

O Papel da Instituição no Contexto da Evangelização

- a. Visto que a “instituição-estrutura” é meio e não fim;
- b. Visto que somos contrários ao institucionalismo como fim em si mesmo;
- c. Visto que não há condições atuais de abolir a realidade denominacional-institucional.

Propomos o seguinte:

1. Que se “busque em primeiro lugar a implantação do Reino de Deus e sua justiça” (Mt 6.33) na sociedade humana;
2. Que a Evangelização aconteça através das igrejas cada vez mais intensa e profunda, isenta de características “proselitistas denominacionais”;
3. Que o trabalho conjunto entre clérigos e leigos se fortaleça nas comunidades, a fim de que o Corpo trabalhe em harmonia e se realize a integração de todos os membros na missão evangelizadora (1 Pe 2.5);
4. Que a mulher esteja cada vez mais lado a lado com o homem no ministério total da Igreja em todos os serviços;
5. Que as crianças, adolescentes e jovens, tenham cada vez maior participação no ministério total da Igreja;

As Igrejas Protestantes estão evangelizando o Brasil há mais de um século, todavia esta é a primeira vez, em termos nacionais e denominacionais, que estão entendendo o Evangelho no seu sentido global, e, em consequência disso duas posturas significativas foram tomadas na Pré-consulta:

1. A amplitude da tarefa evangelizadora

Para usar as palavras do Documento Preparatório: “as quatro Igrejas membros do Conselho Mundial das Igrejas, no Brasil, propõem a Consulta sobre Evangelização com o fim de revisar conceitos e testar a estratégia de evangelização na atual sociedade brasileira, levando em consideração os aspectos da ideologia e do exercício do poder, da economia e da organização social, da cultura e da religiosidade ora vigente no país. Além disso, para obter uma visão efetiva das possibilidades evangelizadoras destas Igrejas, torna-se necessário um estudo sério e profundo de nossa história denominacional,

6. Que o espírito de “unidade na diversidade” aconteça a cada dia no relacionamento interconfessional das igrejas, abolindo o espírito discriminativo, dando lugar ao cumprimento da oração do Senhor: “para que o mundo creia...” (Jo 17.21 ss);
7. Que os horizontes denominacionais (institucionais) sejam alargados para que a visão ecumênica do Reino de Deus seja motivação para a ação evangelizadora;

8. a) Que o relacionamento com a Igreja Católica Romana, com a Igreja Católica Ortodoxa e outras Igrejas Cristãs continue sendo intensificado e aprofundado pelo estudo das Escrituras sob a orientação do Deus Espírito Santo e pela colaboração mútua na ação social em prol dos oprimidos, e assim cresçamos todos no alargamento da visão do Reino de Deus dentro de um mundo dividido pelas mais diversas ideologias;
- b) Constatamos que os “movimentos carismáticos cristãos” estão assumindo proporções cada vez mais significativas no mundo e no Brasil. Há necessidade de que as Igrejas façam um estudo aprofundado das causas, significado e implicações desses movimentos, a fim de que sejam assi-

de nosso relacionamento com as diversas manifestações vivas da sociedade brasileira. Com isso a Consulta deve assumir o Compromisso do Evangelho com a busca de solução para os problemas que afligem o nosso povo”.

2. Rejeição ao Proselitismo

Conquanto as Igrejas Protestantes tenham uma tradição de intenso proselitismo, ainda bem atuante nos dias de hoje, a Pré-consulta corajosamente se posicionou ao afirmar que “uma palavra deve ser dita no que se refere à confusão que às vezes muitos fazem entre Evangelização e Proselitismo. Evangelização é vida, a proclamação da obra salvadora e libertadora de Deus, em Cristo, em favor de todos os homens. Proselitismo é a concentração de esforços para o fortalecimento da instituição eclesiástica, confundindo-a com o Reino de Deus, e transformando a Graça em Lei. Enquanto a Evangelização é um processo libertador, o Proselitismo é uma empresa opressora”.

milados os seus valores à luz da Palavra de Deus. E, alertamos para o fato de que há elementos e grupos que se chamam “carismáticos” mas que estão fora da família cristã.

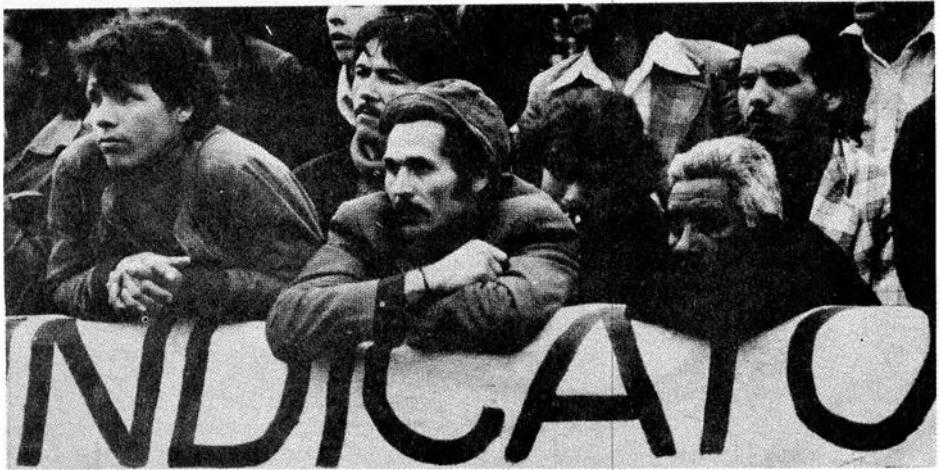
Importa também desenvolver em todas as comunidades cristãs espírito de compreensão e aceitação no sentido de reconhecer o direito e enriquecimento do “pluralismo”, dando expressão à “diversidade na unidade”;

9. Que as Igrejas colaborem, em caráter interconfessional (ecumênico), lado a lado, em todas as atividades que promovam a pessoa humana, dando assim testemunho de unidade no Senhor que liberta;

10. Que as comunidades (denominações, instituições, igrejas) se manifestem em conjunto na defesa de nosso povo, denunciando todas as violências contra a ecologia e apropriações indevidas de nossas riquezas: nosso solo e subsolo, nossas águas, nossa atmosfera, etc.;

Resolvemos em nome Daquele que é o Senhor da natureza, apelar a todos os irmãos e igrejas, no sentido de que, a uma só voz, nos unamos e formemos coro ao lado de todos os brasileiros que, sabedores do grande risco de usinas nucleares, exigem o respeito à vida humana, animal e vegetal, sendo contrários, portanto, a projetos que comprovadamente, se continuarem a ser executados, comprometem o maior de todos os dons – a Vida.

As denominações integrantes da 1ª Pré-consulta de Evangelização, reunidas pela coordenação da CESE no Rio de Janeiro, de 26 de fevereiro a 1º de março de 1980, sob a inspiração do Espírito Santo, ao impacto da oração sacerdotal do Senhor que orou pela unidade da Igreja, sentiu durante os dias de reunião, a presença de Deus, abençoando-nos e iluminando nossas mentes em plena unidade de trabalho e convivência fraterna, o que nos leva a propor às nossas denominações as orações e práticas visando um caminhar para a unidade em torno da pessoa de Jesus Cristo, Senhor comum da Igreja a que servimos.



Grupo 2 TESTEMUNHO PROFÉTICO

Introdução

I. Compete às Igrejas Evangélicas oferecer, com base nas análises econômicas, sociológicas, históricas e políticas, porém acima delas, uma interpretação das contradições da sociedade humana contemporânea à luz dos propósitos de Deus. Assim fazendo, estarão exercendo seu ministério profético, explicitando para os seus membros o sentido desse propósito, e possibilitando-lhes descobrirem a forma particular que deve assumir no mundo o testemunho de cada um.

II. Esse propósito divino, como aparece em Lc 4.16-20 e Mt 11.2-5, apresenta-se como uma boa nova de alegria e vitória para os pobres, os oprimidos, os marginalizados, os rejeitados, os espoliados, os inferiorizados pela discriminação, os despojados de seus direitos. Eles são milhões de seres humanos, espalhados pelos quatro cantos do mundo, aos quais Deus promete, pelo anúncio do Evangelho, a salvação que deve significar também a libertação de tudo quanto os opri-me, aqui e agora.

III. O mandamento do amor ao pró-ximo (Mc 12.29-31), quando se toma consciência, concretamente, de que nosso próximo é afetado para o bem e para o mal pelas instituições sociais, e por nossas próprias decisões e ações como cidadãos, torna impossível à Igreja realizar plena-mente sua missão evangelizadora, sem assumir a função profética de testemu-nhar não só contra os *pecados* do indiví-duo, mas também contra o *pecado* que se expressa em estruturas sociais opressoras, discriminativas, repressoras e corruptas.

IV. A insistência da mensagem cristã no cuidado do Senhor pelos que são feitos vítimas, pelos pobres que são vendidos "por um par de sapatos" (Am 2.6), pelos pequeninos (Mt 25.40,45) que estão famintos, nus e presos (ib., vv 35-36, 42-43), torna impossível à Igreja dar o pleno sentido à obra de evangelização sem confrontar, como fizeram os profetas e o próprio Senhor Jesus Cristo, os poderes e os poderosos deste mundo que constroem sua cidade em oposição ao propósito de Deus.

V. A Igreja está colocada no meio do mundo, com responsabilidade por todos os homens, como criaturas de Deus. Cabe-lhe portanto, na proclamação, em todas as suas dimensões, do programa divino da libertação humana (Mt 11.25-30), afirmar a natureza instrumental do Estado, da sociedade civil, da instituição eclesiástica, da ciência, da tecnologia e das ideologias, que passam todos a ser julgados à luz da contribuição que ofereçam para a implantação do desígnio de Deus para o homem, que é o de reproduzir, nessa criatura, a imagem do Criador, como a vemos em Cristo (Ef 4.13; Gl 4.19).

VI. A soberania de Deus sempre reclamou, na pregação dos profetas, a totalidade da vida e das relações humanas: econômicas, sociais, políticas e culturais. Uma das afirmações centrais da fé cristã, outrossim, é que Deus entregou essa soberania a Nosso Senhor Jesus Cristo (Fp 2.9-11; Ap 11.15; Mt 28.18). A soberania de Cristo não pode, portanto, estar restrin-gida apenas à comunidade dos que reconhecem alegremente o seu domínio. Por conseguinte, a Igreja tem, em seu nome, o direito e o dever de participar numa ação responsável e fiel no mundo.

Por isso, as Igrejas Evangélicas brasileiras abaixo relacionadas, reunidas nesta Pré-consulta sobre Evangelização, oferecem à reflexão de todo o povo de Deus e de todos os brasileiros este testemunho sobre alguns problemas da sociedade brasileira contemporânea e convidam os primeiros a unirem-se a elas no aprofundamento e alargamento dessa reflexão, numa Consulta Nacional das Igrejas Evangélicas do Brasil sobre a Evangelização:

1. As Igrejas Evangélicas do Brasil consideram como contrária à vontade, à glória, ao propósito e à própria pessoa de Deus toda injustiça cometida contra o homem.
2. Propugnam pelo reconhecimento do direito das minorias, sejam étnicas, ideo-

lógicas, religiosas ou políticas de participarem nas decisões que envolvem seu destino.

3. Afirmam que as injustiças praticadas pelo poder público tornam-se pecado maior pela natureza e finalidade desse mesmo poder.

4. Propugnam pelo estabelecimento de salvaguardas e garantias do cidadão ante eventuais desmandos do aparelho estatal.

5. Propugnam pela independência e fortalecimento do poder judiciário, e por uma justiça rápida e ao alcance dos pobres.

6. Advogam, especialmente em favor dos pobres, o direito a moradias decentes, escolas, saúde, salários dignos, segurança e proteção contra a violência institucional.

7. Insistem na urgência da solução do problema do menor abandonado, da violência, nas prisões e nas ruas, da exploração do trabalho dos "bóias-frias" e do trabalhador urbano não-qualificado.

8. Propugnam pela igualdade de oportunidade de trabalho e de salário para a mulher, e condenam veementemente seu rebaixamento a mero objeto sexual promovido pelo interesse do lucro, e pela difusão dos valores da sociedade consumista.

9. São a favor da pequena e média empresa brasileira e advertem contra as grandes empresas transnacionais que tanta exploração e desemprego produzem.

10. Advertem, ainda, para os malefícios dos médios e grandes latifúndios improdutivos, bem como os daqueles que, a pretexto de transformar-se na chamada "agricultura moderna", provocam o desemprego, o êxodo rural e a marginalização.

11. Propugnam por uma efetiva participação do povo brasileiro nas riquezas produzidas pelas empresas estatais.

12. Propugnam por uma desburocratização real, em todos os níveis, condizente com as necessidades do povo brasileiro.

13. Afirmam o direito de todo o povo brasileiro ter acesso às informações que interessam à vida nacional e individual, informações que não sejam parciais ou tendenciosas.

14. Condenam a desumanidade de empregadores que burlam a lei e ferem a justiça, não cumprindo para com seus assalariados as obrigações sociais.

15. Condenam um sistema de impostos indiretos que oneram os pobres e favorecem os ricos, bem como aquele de impos-



tos diretos facilmente passível de ludibriar por aqueles que podem pagar.

16. Propugnam por um regime democrático sem adjetivos e cujos governantes sejam eleitos em todos os níveis, pelo sufrágio universal, em eleições livres.

17. Fieis à herança da Reforma Protestante do sec. XVI e da unanimidade dos demais movimentos evangélicos da história da Igreja, as Igrejas Evangélicas do Brasil fazem sua opção pela liberdade do homem responsável, em última instância, exclusivamente diante de Deus. Por isso nenhuma ordem econômica, política, social, religiosa ou ideológica pode arvorar-se em senhor da sua consciência ou pretender o lugar do Absoluto.

18. Afirmam que o Estado, a sociedade civil, as instituições eclesiásticas, a ciência, a tecnologia e as ideologias se tornam ídolos quando pretendem transformar o homem em meio e a si mesmos em fins, deixando de colocar-se a seu serviço, e transformando-o, antes, em seu escravo.

19. Afirmam o direito de manter sua consciência crítica e sua postura profética diante de qualquer sistema que pretenda

afirmar-se como um estilo total de vida, seja do capitalismo com sua idolatria do lucro, a desumanização do homem, o culto da máquina, a preocupação com a quantidade sem referência à qualidade da vida, sua concentração de poder e difusão da miséria; seja o marxismo, com seu ateísmo, materialismo histórico, determinismo econômico, sua luta contra a religião e sua pretensão de domínio absoluto da consciência do homem, como uma mundividência alternativa ao cristianismo.

20. a) Considerando que, a observação desapaixonada em todos os níveis da nossa estrutura social, demonstra a falácia da ideologia da "democracia racial brasileira" e do "preconceito de não ter preconceito", já que, historicamente, nosso país optou por sua europeização em detrimento das massas não europeias, maiormente africanas, de sua população;

b) Considerando que, em nosso país, a pirâmide social é uma pirâmide invertida de cor, que se torna tanto mais branca quanto mais caminha para o ápice; que nas grandes cidades, da periferia para os bairros da moda vai diminuindo a porcentagem de moradores de cor; que, nos empregos quanto mais alto o "status" e maior o salário tanto menor a presença de pretos, que são relegados aos trabalhos não-qualificados e de baixa remuneração; que, no sistema educacional especialmente no 2º grau e na universidade, a proporção de pretos na população escolar está muito longe de corresponder à sua presença na população em geral;

c) Considerando que as Igrejas Evangélicas crêem na unidade da humanidade em Cristo e na plena igualdade de todos os homens diante de Deus:

I. Propõem com humildade, caridade e firmeza, a toda a sociedade brasileira, e aos cristãos em particular, a consideração séria e urgente do problema do racismo anti-negro, como um problema que afeta diariamente milhões de brasileiros descendentes de antepassados africanos, e que interessa à justiça, à paz social e à consciência cristã.

II. Subscrevem como um caminho eficaz no combate a esse racismo institucional, implícito e intolerável, o seguinte programa: "O problema negro brasileiro é o da integração absoluta, completa do negro, em toda a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, operária, militar, diplomática, etc.); o negro brasileiro deve ter toda formação e toda aceitação, em tudo e em toda parte, dadas as condições competentes (que devem ser favore-

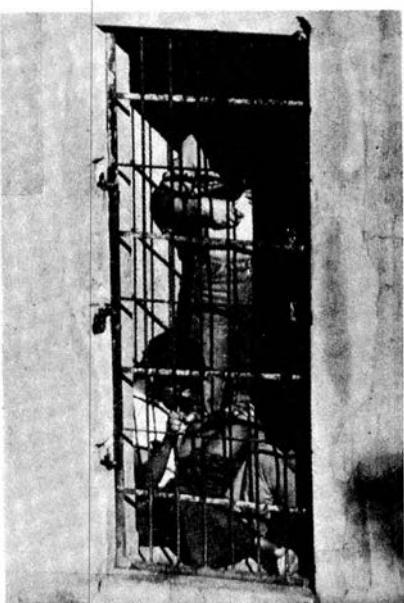
cidas) físicas, técnicas, intelectuais, morais, exigidas para a igualdade perante a lei”.

III. Convocam todos os setores da sociedade brasileira para o combate ao racismo anti-negro, começando na linguagem, na atitude e comportamento individual, estendendo-se ao trabalho, ao lazer público, aos serviços, à moradia, ao convívio social, dos textos escolares, aos meios de comunicação de massa, até à rejeição completa de toda uma herança social e cultural racista.

IV. Apelam aos poderes executivo, legislativo e judiciário para que garantam que, enquanto mesmo que o preconceito não esteja arrancado pelas raízes, se estabeleçam garantias legais efetivas que preservem os cidadãos negros de qualquer discriminação econômica, social ou política e lhes assegurem plena igualdade de oportunidade em empregos, profissões e carreiras, na educação, nos serviços, no lazer e na moradia.

21. Propugnam pela humanização do processo de integração do índio à sociedade brasileira, insistindo portanto, no cumprimento do “Estatuto do Índio” (Lei nº 6.001, de 19.12.73); e manifestam sua total solidariedade com essa minoria étnica ameaçada de extinção pela ignorância da sociedade envolvente e pelo mecanismo de expansão insaciável de poderes sócio-econômicos.

22. Encarecem a urgência de um estudo aprofundado, por parte de todas as igrejas, de assuntos como a desintegração da família (divórcio, aborto, sexo, drogas, o menor abandonado); a ideologia da sociedade de consumo, introduzida no recesso dos lares pelos meios de comunicação de massa a serviço de poderosas empresas capitalistas; a “favelização” das metrópoles brasileiras; a violência urbana; o problema da ecologia; com vistas a uma orientação coerente do testemunho de seus membros e ao estabelecimento de bases para um testemunho profético comum de todas as denominações evangélicas sobre as opções éticas exigidas da sociedade brasileira por esses desafios da civilização contemporânea.



Grupo 3

Igrejas Protestantes e Cultura Brasileira

Como primeiro passo, para quem pretende discutir esse assunto, torna-se necessário partir de uma definição dessa tão larga, vasta e complexa cultura brasileira. Preferimos defini-la simplesmente como a maneira de viver dos brasileiros.

As Igrejas Protestantes têm, com sua presença e com o seu trabalho, influenciado os costumes do povo deste país em vários aspectos. Muitas vezes, no seu trabalho de evangelização, elas têm apenas "importado" um modo europeu ou americano de viver, não respeitando elementos, tradições e valores da cultura brasileira. Estavam bem mais preocupadas em conseguir ovelhas para o seu rebanho, numa atitude proselitista, — des — ou aculturando a pessoa, cuja alma (vida) estavam salvando. Outras vezes elas têm dirigido sua ação contra costumes implantados pela Igreja Católica na vida do brasileiro (ex.: adoração da cruz), numa evidente atitude anti-católica, sacramentalizando, por outro lado, algo que não recebia tanto valor por parte dos católicos (ex.: Bíblia, impor das mãos). Assim uma grande parte da cultura brasileira, altamente influenciada pela fé católica e pelo sincretismo religioso, foi rejeitada por Igrejas Protestantes na sua evangelização.

Por esse passado (e presente?), levantam-se hoje vozes que dizem claramente que ao levarmos a Palavra de Deus ao povo brasileiro temos que levar muito a sério sua cultura, evangelizando sem feri-la e sem agredi-la. Isso requer por parte das Igrejas Protestantes um enorme esforço no sentido de entender essa cultura, — algo extremamente necessário — aproveitando até mesmo conceitos, costumes, tradições que estão arraigadas nesse povo, para que a mensagem do Evangelho seja construída sobre uma base de fé que já existe, se bem que muitas vezes totalmente ingênua, mecânica e contrária à Palavra de Deus. As Igrejas Protestantes têm um grande compromisso com o povo brasileiro, estudando-o, respeitando-o, procurando entendê-lo na sua cultura; não se esquecendo, entretanto, em momento algum, que quem deve nortear toda a mensagem de evangelização é o Espírito Santo através da Palavra de Deus. Assim também um estudo e um conhecimento profundo da Bíblia deve estar presente, para que se consiga discernir o que realmente é bíblico e aquilo que se pensa ser

bíblico. Uma evangelização protestante no Brasil deve, portanto, levar a sério a cultura do povo brasileiro até onde for possível, isto é: até onde a cultura, em seus costumes e tradições, não se torna desumana, inautêntica e contrária ao Evangelho de Jesus Cristo.

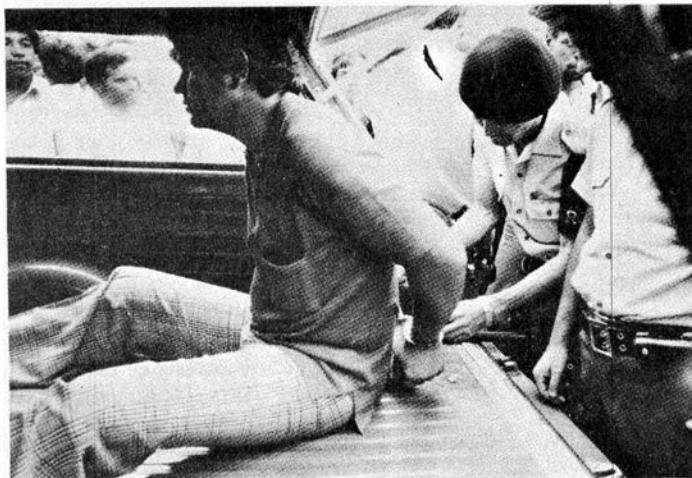
Não se pode colocar um padrão exclusivo para a evangelização no Brasil, já que a cultura brasileira é tão diversa. É mister que as Igrejas Protestantes, ao partirem para uma evangelização do povo brasileiro, usem de muita versatilidade e flexibilidade, já que não existe uma igreja padrão no Brasil. Também elas são um espelho da realidade brasileira: como num corte transversal elas têm em seu meio pessoas das mais diversas camadas sociais, atuando também, em suas diferentes denominações, em classes sociais que (às vezes mais, outras vezes menos) determinam sua vida e pregação. Um exame das Igrejas Protestantes vai levar ao reconhecimento de que elas, quando "importadas", encontram-se com predominância nas classes média e superior e bem menos na classe pobre, exceção feita principalmente às igrejas de cunho pentecostal. Suas tradições, sua linguagem, sua formação, levam a perguntas: até que ponto as Igrejas Protestantes estão dispostas e preparadas para evangelizar hoje no Brasil, abrindo as suas portas para o pobre, para o proletário, para o negro, enfim, para o menos favorecido em todos os níveis? Como fazê-lo, se as próprias Igrejas Protestantes necessitam de uma evangelização interna e constante (reavivamento), se elas não se conhecem o suficiente (nas relações interdenominacionais), se elas não fazem uma auto-crítica? Partindo desse reconhecimento e da certeza que evangelização não se consegue apenas usando estratégias e táticas adequadas, conclui-se que as Igrejas Protestantes somente realizarão uma evangelização autêntica, se for descoberta a necessidade de sair de dentro dos muros de seus próprios templos em direção ao homem brasileiro, levando em consideração a palavra do apóstolo Paulo, quando ele diz "fiz-me fraco para com os fracos . . . fiz-me tudo para com todos, com o fim de por todos os modos, salvar alguns" (1 Co 9.22 s).

O levar-a-sério da cultura e realidade brasileiras por parte das Igrejas Protestantes deve tornar-se bem visível. Elas devem aceitar e respeitar a herança histórica, as idéias teológicas vindas do estrangeiro, mas não permanecer nisso. É urgente que se intensifique a reflexão teológica, já

existente, à luz de experiências que as Igrejas Protestantes têm no Brasil, fortalecendo o crescimento de uma teologia brasileira que deve ser incentivada mais e mais. Ao lado de experiências já existentes na vida das Igrejas Protestantes, encontram-se fortes e importantes vozes na Igreja Católica que podem ser de grande proveito para a reflexão e ação dos protestantes dentro da realidade brasileira. Obstáculos, como a falta de tempo e o acúmulo de compromissos por parte de eventuais autores, dificuldades para a publicação de obras, etc., devem ser vencidos. Leva-se, sobretudo, aos centros de formação teológica das Igrejas Protestantes, o veemente pedido de que sejam incentivados, publicados e amplamente divulgados em nosso país todos os principais pensamentos e idéias teológicas que surgirem nesse chão brasileiro e que têm em mente evangelizar o povo deste país. Na tentativa de evitar que se repitam erros cometidos no passado, quando a ação das Igrejas Protestantes ignorou, desprezou, feriu elementos importantes na cultura brasileira, sugere-se que seja incentivado um estudo mais abrangente dessa cultura, principalmente por meio de organizações de ensino teológico (tais como seminários denominacionais, ASTE, ISER, CEDI e CESE que inclusive já têm estudos nesse campo), e que haja divulgação desses trabalhos feitos no passado e dos ainda por vir.

Na vida de muitas comunidades nas diversas Igrejas Protestantes já se têm verificado ultimamente mudanças na hinologia, na liturgia de seus cultos, por exemplo.

Algumas foram experiências fracassadas, outras recebidas com alegria e entusiasmo, muitas delas procurando trazer e aceitando elementos da cultura brasileira. Trata-se de uma tentativa que exige tato, flexibilidade; que deve envolver grupos existentes nas comunidades, estimulando sua participação e sua criatividade; procurando evitar transformar o culto apenas num programa de auditório. Também aqui pressupõe-se que haja alegria em levar adiante a boa nova de Cristo. E recomenda-se que também os frutos que surjam nesse campo, fiéis ao Evangelho e crescidos no chão da realidade brasileira, sejam incentivados e amplamente divulgados.



Grupo 4 **PASTORAL**

1. A Pastoral Está Contida na Evangelização

1.1 “A evangelização é vivência e proclamação do Evangelho de Jesus Cristo e determina o cristão em seu modo de viver”. Portanto, evangelização (missão) não é uma opção ou alternativa, mas sim, a resposta da fé que se compromete com as colocações orientadoras do próprio Cristo.

1.2 Devemos estar atentos aos sinais do Reino.

1.3 A vocação não substitui a capacitação e nem vice-versa. Não podemos esperar que um fiel cristão receba toda a capacitação religiosa para só depois iniciar a vivência do Evangelho (Rm 5).

1.4 A Teologia da Cruz é fundamental. A experiência diária, em nossa vida, da morte e ressurreição de Cristo. Antes de irmos evangelizar, o Espírito Santo determina os nossos atos, nos precede e já está lá.

1.5 No diálogo entre a Cruz e a Resurreição e o Pentecostes encontramos a possibilidade e o critério do crescimento para o serviço (cf. Mt 20.28; 16.24 e Jo 12.24).

2. A Pastoral Propriamente Dita

2.1 A Igreja tem uma palavra para o homem no seu contexto social.

2.2 “Como responder a tantos problemas com os escassos recursos disponíveis, tanto materiais quanto humanos, quando todas as energias estão concentradas no processo de enriquecimento? ”

2.3 *Somos unâimes em que a ação de Deus faz o seu trabalho e nós somos seus instrumentos.*

2.4 a) O Reino vem a despeito de nós;

b) Esse Reino nos chama e também nos equipa. Nós podemos cooperar para a vinda do Reino.

2.5 Em que contexto?

a) No plano mundial e nacional

b) No plano comunitário-paroquial (cidade ou bairro)

c) No plano individual

d) Ecumênico: trabalhar sobre os projetos existentes e/ou novos a nível ecumônico.

2.6 A Igreja deve preparar o cristão em função da pessoa de Cristo e não em função da pessoa do pastor. Não é nossa função “entreter” os fiéis. Devemos equipar um grupo de cristãos líderes. O equipamento dos cristãos e edificação do Corpo de Cristo, em função do Reino (Ef 4.11-12).

2.7 A História da ação de nossas Igrejas no Brasil mostra que houve muito mais preocupação em “inchar” os templos do que em edificar o Corpo de Cristo. “Meia dúzia de santos fazem mais bem à humanidade do que milhares de agitadores cristãos” (J.J. Von-Allmen).

2.8 Os cristãos são equipados:(At 6.3):

a) Conversão ≈ Metanóia

b) Capacitação intelectual e aplicação: Estudo da Bíblia e de obras afins (2 Tm 2.2)

c) Cultivo da presença de Deus = Vida devocional

d) Alvo: Maturidade espiritual.

2.9 A Metodologia usada por Jesus no seu contexto social e histórico corresponde ao ato em que Deus penetrou na História. Dois pontos sempre em diálogo:
a) As escrituras;
b) A situação contemporânea em que vivemos sob o senhorio do Cristo. Cristo é o intérprete das Escrituras e da situação.

2.10 Evangelizar é comprometer-se:

- a) Quem evangeliza?
- b) Quem é evangelizado?
- c) Compromisso entre o evangelizador e o evangelizado.

3. Lema Fundamental da Pastoral:

“Servi uns aos outros, cada um conforme o dom que recebeu, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus” (1 Pe 4.10).

3.1 A ação pastoral é de toda a comunidade (clérigos e leigos). O ministério de Cristo é exercido pela Igreja como um todo (Mt 25.31-46).

3.2 A Pastoral deve ser integral: (atingir o homem todo): (1 Ts 5.23).

4. Pautas para A Ação Pastoral

4.1 Família:

- a) Planejamento Familiar
- b) Problemas: Desajustes, Alcoolismo, Baixa Renda, etc.
- c) Formação Moral e Espiritual.

4.2 Juventude

- a) Necessidade do Evangelho atingir o jovem
- b) Educação
- c) Tóxicos: (1) Prevenção e (2) Cura
- d) Assistência Espiritual
- e) Aproveitar o potencial jovem.

4.3 Índio

- a) Direitos humanos e tribais
- b) Justiça ao índio
- c) Evangelização do índio.

4.4 Terra

- a) Direitos da Terra
- b) Reforma Agrária
- c) Fixação do homem ao campo.

4.5 Mulher

- a) Mulher objeto
- b) Discriminação salarial e profissional
- c) Anticoncepcionais, aborto.

4.6 Urbana

- a) Favelas, moradia (carência e condições sub-humanas)
- b) Desemprego e subemprego
- c) Saneamento básico
- d) Destrução dos valores morais, espirituais e culturais
- e) Violência.

4.7 Migrantes

- a) Pequenos agricultores
- b) “Bóias-Frias”
- c) As igrejas mais ricas ajudando as mais pobres (solidariedade) visando fixar o homem em seu *habitat* original, fixando-o lá (2 Cor 8.1-5).

4.8 Menor Abandonado

- a) Educação profissionalizante
- b) Integração na sociedade.

4.9 Doentes e Anciões

- a) Capacitar cristãos para o Ministério específico com doentes e anciões
- b) Valorização do ancião
- c) Associações de anciões
- d) Anciões evangelizando anciões — resolver o problema da solidão.

4.10 Universitários

- a) Acompanhamento espiritual (Pastor junto aos jovens)
- b) Arregimentação dos universitários cristãos
- c) Colaborar e incentivar entidades que realizam trabalho cristão com universitários.

4.11 Presos

- a) Assistência pastoral, jurídica (advogados da Igreja) à família do preso.
- b) Capelarias
- c) Reintegração.

4.12 Política

- a) Exercício da cidadania
- b) Pronunciamentos dos líderes eclesiásticos
- c) Assistência a Evangélicos engajados na política.

4.13 Elite

- a) Executivos
- b) Tecnólogos
- c) Afins.

4.14 Recomendações Finais:

- a) “Ora, se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos de sua própria casa, tem negado a fé, e é pior do que o descrente” (1 Tm 5.8).
- b) “Por isso, enquanto tivermos oportunidade, façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé” (Gl 6.10).

Moção Apresentada e Aceita pelo Plenário

Instituições Evangélicas e Evangelização

As Igrejas Evangélicas desde que iniciaram o seu trabalho de evangelização no Brasil, têm fundado escolas, orfanatos, hospitais e outras instituições de caráter assistencial. Essas instituições cresceram ao lado do trabalho das Igrejas, e, algumas delas são muito conhecidas no Brasil e até no exterior. Muitos problemas, todavia, têm surgido por causa das mudanças sociais, econômicas, políticas e religiosas do país, de tal maneira que muitas dessas instituições deixaram de refletir o testemunho do Evangelho, principalmente as escolas de 1º e 2º graus e as universidades que hoje não passam de instrumentos que as classes dominantes usam para a preparação de elites que irão ocupar o poder em nossas sociedades.

As Igrejas reunidas na Pré-consulta Nacional de Evangelização, no Rio de Janeiro, de 26 de fevereiro a 1º de março de 1980, lançam um desafio a todas as Igrejas Evangélicas no sentido de convidarem-nas para fazer

um estudo sobre o presente e o futuro dessas instituições, tendo em vista a tarefa da evangelização.

As seguintes indagações são levantadas para este estudo.

1. Até que ponto essas instituições estão abrindo as portas para os menos favorecidos de nossa sociedade?

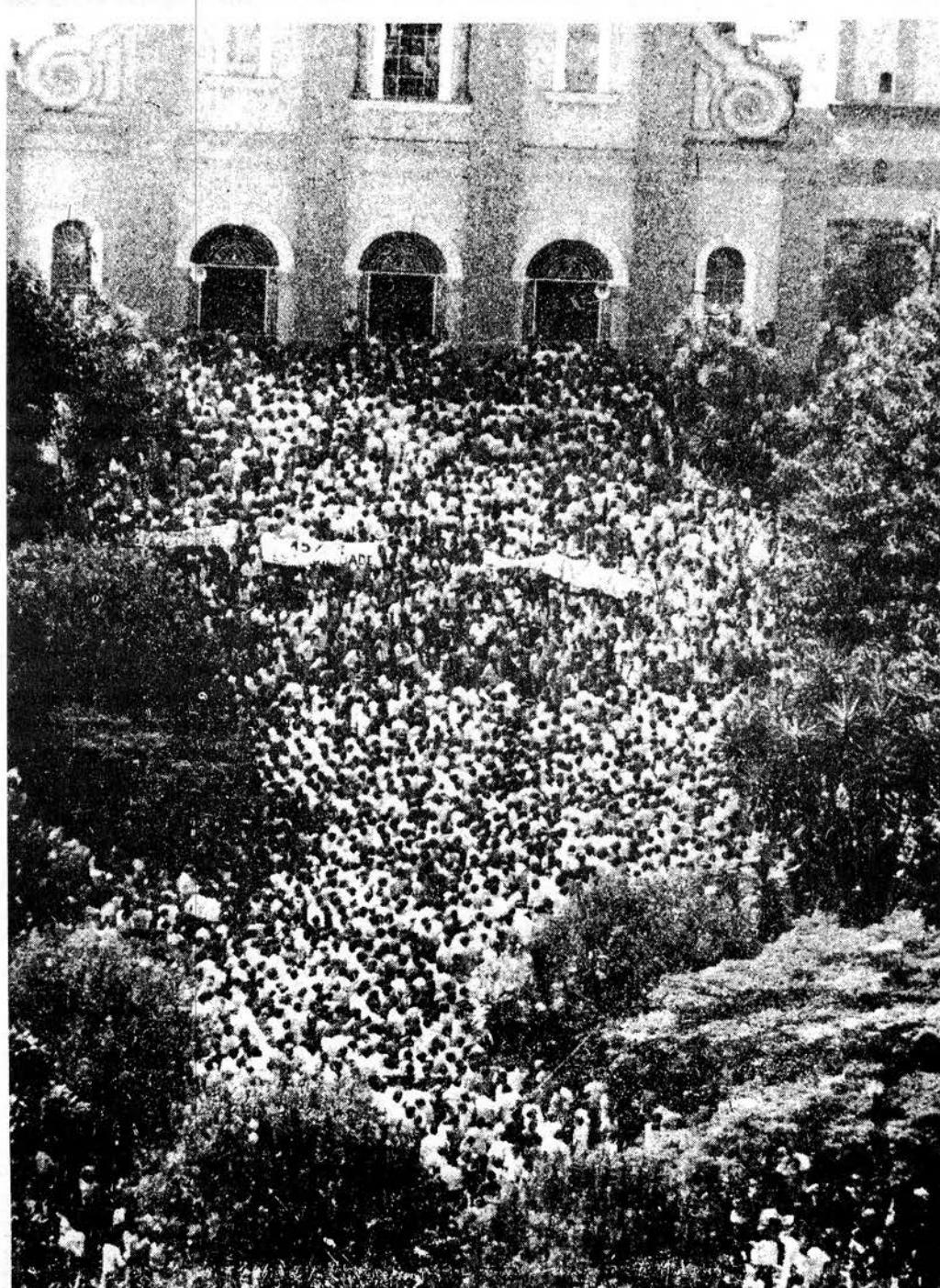
2. Até que ponto elas estão perpetuando o “status quo” injusto e desumano de nossas estruturas políticas e econômicas?

3. Até onde elas prejudicam a obra de evangelização, quando criam crises dentro das Igrejas e quando absorvem grande número de seus líderes?

4. Até que ponto essas instituições se tornaram tão secularizadas que perderam totalmente o caráter evangélico?

5. Como poderiam essas instituições educacionais e assistenciais prestar um serviço relevante ao povo brasileiro, sem trair a Missão da Igreja no Brasil?

Rev. João Dias de Araújo



Falaram

A Igreja não apoiou uma greve mas uma causa justa

D. Ivo Lorscheiter

O Jarbas Passarinho tem que botar óculos porque suas declarações demonstram o exagero de quem está enxergando miopamente a realidade

D. Augusto Petró, bispo de Uruguaiana

As posições políticas assumidas pela Igreja são o problema número um do governo brasileiro, representando um risco muito grande de uma nova questão religiosa

Senador Jarbas Passarinho

Estou meditando a propósito das declarações de Passarinho

D. Ivo Lorscheiter

É preciso abrir caminho para o sindicato autônomo e representativo dos direitos dos operários

D. Luciano Mendes de Almeida, Secretário-Geral da CNBB

Nosso interesse não é outro senão fazer aquilo que Jesus faria ou seja colocar-se ao lado dos pobres e dos injustiçados

D. Cláudio Hummes, bispo de Santo André

Para julgar da ortodoxia dos bispos, a autoridade única é o Santo Padre. O Presidente tem vastos poderes, mas o de julgar dioceses e a CNBB é poder que lhe escapa

D. Helder Câmara

A Igreja continua considerando justa e pacífica a luta dos metalúrgicos e, por isso, vai com eles até o fim. A decisão é dos metalúrgicos. Contem conosco até o fim, pois não temos medo de ameaças

D. Cláudio Hummes

Colocar em dúvida se o presidente da CNBB falou ou não pela Igreja é como duvidar que uma declaração do Estado Maior das Forças Armadas não representa o pensamento legítimo do corpo militar do país

Mariano da Costa Rego, monge beneditino

É bom que o governo ouça o que a Igreja está dizendo

D. Aloísio Lorscheider

Os operários aprenderam, no sofrimento que, infelizmente, a legalidade não é igual para todos. Eles sabem dos subornos, dos repasses secretos de custos ao consumidor, da captação dos recursos e subsídios para as minorias, para os favores do empreguismo e a ostentação das mordomias

D. Luciano Mendes de Almeida

As igrejas do ABC continuam abertas aos metalúrgicos. O que foi dito no início da greve continua de pé

D. Cláudio Hummes, bispo de Santo André

As autoridades, não tendo outros meios, corromperam o TRT e, mesmo assim, ainda estão prendendo líderes trabalhistas

D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar/SP

Só um regime democrático legítimo pelo consentimento popular pode romper a aliança indissolúvel celebrada pelo Estado com as classes privilegiadas

Nota da OAB

Começo a acreditar que São Paulo vive sob uma intervenção branca

Dalmo Dallari, jurista

Os poderosos usam a ordem jurídica como lhes convém

Eduardo Seabra Fagundes, jurista, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

A Igreja ficará com vocês até o fim

D. Cláudio Hummes, bispo de Santo André, aos metalúrgicos

O governo está vendendo com apreensões o apoio da Igreja aos metalúrgicos

Ibrahim Abi Ackel, ministro da Justiça

Nunca tive contacto com ele (d. Paulo Evaristo Arns), mas pelas informações que tenho, ele está incitando à greve

Presidente João Batista Figueiredo

Quanto à sua (de Figueiredo) declaração, ela não teria sido feita pelo coronel Erasmo Dias?

D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo

Igreja: Compromisso Social na Greve do ABC

1 — A Igreja colocou-se do lado dos pobres e nossa Diocese também. A greve dos metalúrgicos é justa e pacífica, por isso manifestei meu apoio e penso que todos devem apoiá-la.

2 — A luta dos metalúrgicos não é só deles, nem só para o proveito deles, mas ela ajuda todos os trabalhadores, porque pela força que os metalúrgicos dessa região têm, fazem pressão sobre o próprio Governo para que as estruturas sociais e econômicas do país sejam mudadas.

3 — O Governo e o Exército estão claramente do lado dos empresários. As negociações de greve tornam-se uma meia-farsa, se não uma farsa completa.

4 — Já antes que o Tribunal declarasse ilegal a greve, no dia 2 de abril, os helicópteros do Exército circularam em vôos rasantes sobre as assembleias pacíficas dos metalúrgicos, numa clara provocação à violência.

5 — O Ministério do Trabalho nunca interveio no sindicato dos patrões, que estão sempre infringindo a lei no dia-a-dia do tratamento dos trabalhadores nas indústrias, mas os sindicatos dos trabalhadores apenas começam a mover-se e já o Ministério do Trabalho ameaça com a intervenção.

6 — Fala-se de abertura política e do direito de greve, mas todas as greves são quase sempre declaradas ilegais e os grevistas estão entregues ao arbitrio da repressão. Na verdade, a Lei de Greve é tão complicada para que não se a possa observar e assim o Governo possa sempre declarar ilegais as greves.

7 — É preciso educar o povo a participar e apoiar todas as greves justas e pacíficas, para que a união do povo se fortaleça.

8 — Entretanto, não quero forçar a liberdade de ninguém, mas esse é um pedido insistente e os padres que o atenderem podem contar com todo o meu apoio se houver problemas decorrentes".

A nota está assinada por D Cláudio e datada de 2 de abril de 1980.

1/4/80

Greve dos Metalúrgicos

1º. Apesar de uma forçada declaração de ilegalidade da greve dos metalúrgicos do ABC, acaba o Governo de intervir no sindicato daqueles operários.

2. A greve fora desflagrada pelos trabalhadores como recurso extremo para assegurar seus direitos entre os quais a estabilidade no trabalho e o combate à rotatividade da mão-de-obra praticada pelas empresas. Essas reivindicações dos operários visam impedir a corrosão dos justos aumentos salariais conquistados com tanto esforço e luta.

3. O maior risco do momento é a radicalização das posições com o enrijecimento da situação e o perigo da violência de ambos os lados, sobretudo pelo aparato repressivo a serviço das empresas.

4. Urge, pois, que na grave conjuntura do momento encontrem pelo diálogo as partes envolvidas uma solução rápida, sem violência, com os menores custos sociais e integral respeito à justiça.

5. Urge, sobretudo, uma corajosa e profunda reformulação da legislação trabalhista do país, de modo a promover os direitos fundamentais de todos e particularmente dos trabalhadores, até hoje insuficientemente atendidos.

6. Nesta tarefa inadiável, que o Poder público, cuja missão precípua é gerir o bem comum, deve coordenar, todo o segmento da nação tem o direito de participar efetivamente. De modo particular devem ser ouvidas as classes diretamente envolvidas, especialmente a dos trabalhadores, mantida até agora num processo de constante marginalização.

7. Entre os direitos a serem atendidos destacam-se:

- o direito de todos a condições que lhes possibilitem níveis de vida compatíveis com a dignidade humana;
- o direito de livre reunião e associação;
- o direito de se formarem grupos intermediários, autenticamente representativos de classes.

8. A Igreja, que procura ser coerente com sua opção pelos pobres, cabem o direito e o dever de colaborar nesta tarefa. Luciano Mendes de Almeida.

Evaristo Arns.

Assinado pelo Cardeal e por seus bispos auxiliares, o comunicado diz:

"Nós, Bispos da Arquidiocese de São Paulo, queremos chamar a atenção de nossas comunidades e do povo em geral para a gravidade dos fatos que estão ocorrendo com relação à greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André.

Todos pudemos constatar como um movimento legítimo e pacificamente conduzido por lideranças autênticas foi violentado por uma intervenção injusta que estabeleceu um clima de repressão e terror entre a massa trabalhadora.

A Igreja que até o último momento falou à consciência das autoridades, indicando caminhos para o diálogo, não encontrou receptividade alguma. Mais que isso, membros da Comissão Justiça e Paz, que sempre atuaram no sentido da busca de uma saída justa em situações difíceis, foram igualmente vítimas de brutal repressão.

A Igreja em São Paulo protestou veementemente contra esta forma violenta de encaminhar os problemas sociais. De um modo particular, protestamos contra as prisões arbitrárias de líderes operários e do presidente e do ex-presidente da Comissão Justiça e Paz de nossa Arquidiocese. Aos responsáveis pela repressão, lançamos um apelo para que reconsiderem sua ação.

Aos empresários, lembramos que sua aparente vitória se fundamenta numa ação injusta que não pode ser base para o verdadeiro progresso social.

Aos trabalhadores, renovamos nossa solidariedade em suas justas lutas.

A todos os cristãos, convidamos para um ato litúrgico a ser realizado na Catedral Metropolitana, às 17h de segunda-feira, dia 21.

Aí, como cristãos, presididos por seu Arcebispo e Bispos, teremos oportunidade de meditar e rezar sobre os acontecimentos e testemunhar nosso compromisso de trabalho para a construção da paz, fruto da justiça e do amor."

20/4/80

os favorecendo a ostentação das mais".

Eis a íntegra da nota da CNBB:

"A crise social que o Brasil vem atravessando criou situação grave, que preocupa a todos. Através de hierarquia local, vivendo perto o desenrolar dos acontecimentos a Igreja toma posição, sem compromisso com partidos. Seu posicionamento despertou reações escandalizadas naqueles que desconhecem ou se recusam a reconhecer aquilo que está em jogo nesta crise.

"Os autênticos líderes operários sempre reagiram manobras de intriga dos interessados manipular o povo para objetivos estranhos à própria consciência popular e amor para com a Pátria.

"Não está em jogo apenas o índice de produtividade, o piso salarial e a estabilidade, que, em outro contexto, seriam objeto de negociações, sem recurso à violência. O que está em jogo é a própria organização dos mecanismos da política social do País. A verdade é que até agora ela foi ouvida na medida em que aliviava tensões, sem afetar os verdadeiros árbitros das concessões. Agora acontece um fato novo que é simplesmente este: as centenas de milhares daqueles que são afetados pela política social querem participar das discussões que atingem diretamente sua vida, seu trabalho, sua família. Não querem apenas, desejam negociar, querem participar, porque compreenderam a inconsistência de uma política de concessões feitas em resposta a conflitos de altos custos sociais.

"A pretensão é justa, a exigência elementar de uma democracia que se pretende não só política mas social e econômica.

"Se a pretensão é justa, não há motivos para escândalo, se a Igreja lhe dá o seu apoio. Se a pretensão é justa, não há razão para grandeza em pretender opção à justiça, uma duvidosa galidez. Para além de uma legalidade formal, é preciso sempre visar aos imperativos da justiça. Os operários aprenderam no sofrimento que infelizmente a legalidade não é igual para todos. Eles sabem dos subornos, dos repasses secretos de custos ao consumidor, da captura

A Igreja, a greve e a lei

"Por que a Igreja apóia os grevistas?

A greve é um instrumento justo de reivindicação, que a própria Constituição afirma ser um direito dos trabalhadores.

Quando o seu ganho se torna insuficiente para que sua família viva com dignidade, quando necessita de melhores condições de trabalho e de segurança no emprego, quando deseja uma remuneração mais justa, adequada ao esforço que despende e ao lucro que proporciona ao empregador, o trabalhador faz suas reivindicações.

E nem sempre o empregador comprehende e aceita desde logo a necessidade de fazer algumas concessões, só restando ao trabalhador o recurso de se negar a entregar sua força de trabalho, que é o único elemento de que dispõe. O povo muitas vezes não percebe que o industrial ou comerciante estão fazendo greve. Em muitas ocasiões, desejando receber mais dinheiro por suas mercadorias, negam-se a entregá-las, fazendo uma greve que a Constituição não permite. Por isso falta óleo, falta leite, falta carne, falta feijão.

A mercadoria do trabalhador é sua força de trabalho e sua greve é um direito reconhecido e assegurado pela Constituição.

Nos momentos de greve o trabalhador fica mais exposto, pois nem sempre é compreendido e, além disso, começa a sofrer privações. A Igreja, seguindo a Cristo, tem o dever de amparar e apoiar os que lutam pacificamente por objetivos

justos e que, nessa luta, sofrem as consequências de sua fraqueza econômica.

Como a Igreja apóia os grevistas?

A Igreja não propõe greves, não organiza greves, não procura orientar as decisões dos grevistas e jamais pretende o absurdo de decidir pelos trabalhadores.

Cumprindo sua missão espiritual, que se realiza no plano temporal, a Igreja oferece apoio espiritual e material, para que os trabalhadores possam decidir como homens livres, sem medo, sem coação e sem a pressão da fome sobre suas famílias. Além disso, a Igreja coloca à disposição dos trabalhadores a experiência e os conhecimentos de cristãos — leigos ou padres —, especialmente juristas, para que os trabalhadores possam decidir com pleno conhecimento dos fatos, das leis e das consequências das decisões.

Por que apoiar grevistas depois de declarada a ilegalidade da greve e decretada a intervenção nos sindicatos?

O apoio em tais circunstâncias não tem qualquer sentido de desafio "as autoridades ou de incentivo à prática de ilegalidades. Declarada ilegal a greve e decretada a intervenção nos sindicatos, os trabalhadores continuam sendo pessoas humanas, cujos direitos fundamentais, afirmados e garantidos pela Constituição, precisam ser protegidos.

Cedendo locais para reuniões, a Igreja dá condições para que os trabalhadores

exerçam os direitos de reunião e de expressão que a Constituição confere a todos os cidadãos. Além disso, nesse momento pesa maior ameaça sobre a liberdade de locomoção, o direito à integridade física, o direito à inviolabilidade do domicílio e o próprio direito à vida do trabalhador. Aumenta, portanto, a necessidade de proteção.

A Igreja não seria cristã se não desse apoio para os trabalhadores poderem preservar sua dignidade, defender seus direitos inclusive os trabalhistas, sem sofrer humilhações. É fato público e notório que não só a Igreja tem dado esse apoio, pois, de todas as partes do Brasil, pessoas de diferentes confissões religiosas, motivadas por sentimentos de solidariedade humana, vêm dando sustentação moral e material aos trabalhadores.

Quanto aos preceitos de Direito Canônico, os padres do ABC e também os de São Paulo os conhecem muito bem e sabem que não os estão infringindo, além de estarem plenamente seguros de não contrariarem a orientação do Papa João Paulo II. Os direitos que estão sendo violados neste momento são aqueles constantes da Constituição é das leis do país e não são os padres que os estão violando.

Reiterando seu apelo à boa vontade de todos e acreditando no diálogo como o caminho apropriado para encontro da solução, a Igreja permanecerá fiel à sua missão espiritual e ao seu compromisso com a dignidade humana.

24/4/80

...os ult... dias.

A Igreja Católica manifestou novamente seu apoio ao movimento, segundo declarações do padre Adair Bagatini. "A Igreja está aberta para os metalúrgicos o ano inteiro e não somente na greve. A Pastoral Operária, o Movimento de Defesa dos Favelados e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos dão assistência permanente aos metalúrgicos e na greve há apenas a continuidade de um trabalho. No momento em que a polícia prende os líderes metalúrgicos e proíbe assembléias em seus sindicatos e no estádio de Vila Euclides, a Igreja coloca suas paróquias à disposição. A Igreja não é do padre, nem do bispo, é do povo."

23/4/80

Indagado sobre que me

O documento da Conferência dos Bispos

1 — A Igreja no exercício de sua missão pastoral, transcendente e temporal, busca a defesa e promoção da dignidade do homem, filho de Deus. É seu dever contribuir para o bem comum, zelando pela concórdia social que concilia eficazmente a liberdade, a justiça e a igualdade na genuína sociedade participada. A Igreja tem obrigação de contribuir para a superação fraterna dos conflitos sociais. Para isso deve colaborar com todos, em nossa pátria, para uma ascensão digna dos trabalhadores é sua participação efetiva, organizada e livre no esforço comum por um desenvolvimento nacional, cujo centro seja a promoção do homem em sua dignidade inalienável à luz de Deus.

2 — A cada Bispo em sua diocese cabe cumprir a tríplice e grave tarefa de ensinar e interpretar a verdade, presidir e promover a liturgia, discernir e coordenar as formas de presença e ação de sua Igreja particular. Esta missão o Bispo a exerce em nome do próprio Cristo, subordinado ao Papa e em comunhão com os demais pastores.

Na atual conjuntura, as Igrejas locais de Santo André e São Paulo têm procurado, em coherência com as opções prioritá-

rias de Puebla, apoiar as justas aspirações dos trabalhadores e criar condições de concórdia social contribuindo para a atitude de dignidade e comedimento.

3 — Por outro lado, as Igrejas particulares de cada país, para melhor cumprir sua missão, unem-se em Conferências Episcopais. De acordo com seu estatuto, votado em assembleia e aprovado pela Santa Sé, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem por finalidade:

a) — Aprofundar cada vez mais a comunhão dos Bispos;

b) — estudar assuntos de interesse comum da Igreja do país, para melhor promover a ação pastoral orgânica;

c) — deliberar em matéria de sua competência, segundo as normas do direito comum ou de mandato especial da Sé Apostólica;

d) — manifestar solicitude pela Igreja universal, através da comunhão e colaboração da Sé Apostólica e com as outras Conferências Episcopais; e

e) — cuidar do relacionamento com os poderes públicos, a serviço do bem comum, ressalvado o conveniente entendimento com a Nunciatura Apostólica, no âmbito de sua competência específica.

recursos e subsídios para horas, para os favores do preguismo e a ostentação mordomias. A Igreja ama sinceramente todos, mas odeia a injustiça, a hipocrisia e a imposição. Nos momentos de intensa tensão, a solução é ganhar altura. E, na crise atual, ganhar altura significa o manhar para um pacto social que respeite a dignidade e aceite a participação do povo nas decisões que são suas para a Nação. A paz só é possível com justiça e a justiça não se consolida com o ambíguo das outorgas e intitulações. A justiça se consolida pela participação. Um povo que participa é capaz de aceitar com dignidade os sacrifícios para o bem comum, antes que esses sacrifícios se tornem insuportáveis."

23/4/80

A Teologia

DOCUMENTO FINAL DO CONGRESSO INTERNACIONAL ECUMÉNICO DE TEOLOGIA

São Paulo, 20 de fevereiro/2 de março de 1980

Os movimentos populares e as comunidades eclesiais de base são um desafio permanente à Igreja para que ela transforme em atos concretos a opção que fez pelos pobres.

A luta por melhores condições de vida – trabalho, habitação, saúde, ensino, transporte, lazer, cultura, participação – choca-se contra uma ordem injusta. Os humildes começam a fazer ouvir a sua voz e a reivindicar os seus direitos. Nessa caminhada a Igreja é chamada a participar cada vez mais. Dessa experiência nasce uma nova prática, uma nova leitura dos evangelhos, uma Igreja mais forte, mais verdadeira, com uma mensagem cada vez mais clara. O congresso internacional ecumênico de teologia realizado em São Paulo, de 20 de fevereiro a 2 de março passados, procurou refletir sobre essa nova realidade. Cerca de 180 pessoas vindas de países do que se convencionou chamar Terceiro Mundo – leigos, bispos, sacerdotes, religiosos, teólogos de diversas igrejas cristãs – elaboraram o documento que apresentamos em primeira mão aos leitores de *Tempo e Presença*.

INTRODUÇÃO

1. Reunidos em São Paulo entre 20 de fevereiro e 2 de março de 1980, cristãos de 42 países celebramos o IV Congresso Internacional Ecumênico de Teologia convocado pela Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo.

Simultaneamente, compartilhamos nossas reflexões com as comunidades cristãs reunidas na Semana de Teologia realizada todas às noites na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Participamos cerca de 180 pessoas, entre leigos, bispos, pastores, sacerdotes, religiosos e teólogos de diversas Igrejas cristãs. Os participantes, províngamos de comunidades cristãs populares da América Latina, Caribe, delegações da África, Ásia e das minorias étnicas dos EE.UU, assim como observadores da Europa e da América do Norte.

Este IV Congresso foi precedido pelos congressos de Dar-e-Salaam (Tanzânia) em 1976, Acra (Ghana) em 1977 e Colombo (Sri Lanka) em 1979.

2. Nesta oportunidade o tema de nossa reflexão foi “Eclesiologia das Comunidades Cristãs Populares”. A reflexão que realizamos partiu da rica experiência dessas comunidades eclesiais de base, sinal de renovação nas Igrejas do Terceiro Mundo; e esteve centrada, particularmente, na América Latina. Nesta experiência, encontramo-nos profundamente ligados a nossas Igrejas e Pastores, fiéis ao chamado da Palavra de Deus e à inserção das comunidades cristãs na vida de nossos povos.

3. Católicos e protestantes de diversas Igrejas, reconhecemos uma busca comum na implantação do Reino de Justiça e Paz. Ao refletir sobre a prática das comunidades cristãs populares, compartilhamos dias de oração comunitária louvando o Senhor por todos os sinais de libertação e intercedendo por aqueles que sofrem as penúrias do cativeiro.

4. Desafiados pela Palavra de Deus que nos chega através da Bíblia e da história de nossos povos, como membros da comunidade de Jesus Cristo damos testemunho do resultado de nosso trabalho.

5. Queremos expressar, antes, nossa profunda gratidão ao Sr. Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pela fraterna hospitalidade com que nos recebeu no âmbito de sua Arquidiocese.

Agradecemos também as mensagens de apoio recebidas do Rev. Philip Potter, secretário-geral do CMI (Conselho Mundial

dos Oprimidos

de Igrejas), do cardeal J. Willebrands, presidente do secretariado para a União dos Cristãos, e do bispo Federico Pagura, presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI).

I IRRUPÇÃO HISTÓRICA DOS POBRES

A. Os movimentos populares de libertação

6. A situação de sofrimento, de miséria, de exploração das grandes maiorias, concentradas especialmente, mas não exclusivamente, no chamado Terceiro Mundo, é tão evidente quanto injusta.

7. Contudo, o processo histórico mais importante de nosso tempo começa a ser protagonizado por esses mesmos povos, verdadeiros "condenados da terra". Sua opressão tem raízes na exploração colonial de que foram vítimas durante séculos. Sua luta pela vida, por sua identidade racial e cultural, negada pelo dominador estrangeiro, é tão ampla como a própria dominação. Não obstante, sua decisão e sua capacidade de libertação humana têm hoje um alcance nunca antes igualado, como o prova o recente caso da Nicarágua.

8. No contexto do Terceiro Mundo, as classes populares emergentes impulsionam os movimentos sociais e, através de suas lutas, forjam uma consciência mais lúcida da sociedade global e de si mesmas.

9. Estes movimentos sociais populares expressam muito mais que uma reivindicação econômica. Nos termos hoje assumidos, trata-se do fato novo da irrupção massiva dos pobres em cada sociedade. Eles são as classes exploradas, as raças oprimidas, os seres que se deseja manter ausentes e desconhecidos na história humana e que, cada vez com maior decisão, mostram seu próprio rosto, expressam sua palavra e se organizam para conquistar por si mesmos o poder que lhes permita garantir a satisfação de suas necessidades e a criação de verdadeiras condições de libertação.

10. No caso da América Latina, junto ao movimento operário industrial — cuja força é tradicionalmente reconhecida — e da organização sindical dos camponeses que se estende cobrindo amplas massas empobrecidas, surgem novas formas de organização de trabalhadores, oposições sindicais mais amplas e movimentos sociais populares originados nos bairros, associações de moradores, clubes de mães, movimentos contra a carestia da vida, pela moradia, saúde, etc. Surgindo das profundezas de

nosso povo pobre, as nacionalidades autóctones oprimidas afirmam-se em sua velha identidade e as raças oprimidas pugnam por sacudir sua opressão étnica, no interior deste movimento popular de conjunto. É um processo complexo e descontínuo, com avanços e retrocessos, porém que mostra uma tendência ascendente que é sinal de esperança.

11. À medida que o movimento popular se desenvolve, coloca-se a questão fundamental de formular um projeto histórico que se baseia hoje na crítica ao capitalismo e à dominação imperialista. Tal projeto encerra uma exigência radical de democratização na construção de um sistema político no qual o controle popular sobre os governantes e o poder popular sejam uma realidade efetiva.

B. Estruturas de dominação

12. Esta marcha do povo no Terceiro Mundo faz-se hoje nos marcos do capitalismo dependente. Os setores que aí detêm o poder econômico, político e cultural exercem sua dominação sobre a sociedade por meio de um enorme número de estruturas, instituições e mecanismos que se reproduzem a nível nacional e internacional, variando segundo os países e regiões: propriedade da terra desigual, concentração das riquezas e das inovações técnico-científicas, corrida armamentista com sua produção de instrumentos de morte e destruição da vida, transnacionalização da economia etc. A nível internacional isso se realiza por meio de mecanismos monetários, empresas multinacionais, clubes de decisão política dos países ricos (Trilateral, p. ex.), levando os países do Terceiro Mundo ao endividamento crescente.

13. Nas sociedades africanas, asiáticas e latino-americanas, dentro das características de cada região, as estruturas internacionais combinadas com as estruturas nacionais do sistema capitalista produzem um processo de desenvolvimento excluente, desarticulado e concentrado, com o empobrecimento das maiorias, aumento do custo de vida, inflação, desemprego, subalimentação, deterioração da qualidade de vida, superexploração da mulher e das crianças, etc.

14. Os setores dominantes exercem seu poder na sociedade procurando internalizar em toda a população determinadas atitudes e comportamentos por meio da educação formal, dos meios de comunicação de massas, dos partidos e inclusive das organizações populares. Assim, vai-se conformando um tipo de sociedade com seus valores e estilos de vida materialistas e utilitaristas.

15. Dá-se, além disso, uma concentração do poder em Estados autoritários que, de cima para baixo, colocam-se como tutores da sociedade, invadindo inclusive a vida privada dos cidadãos. Na América Latina justificam-se através de modelos de democracia restrita, meramente formal ou de Segurança Nacional.

As instituições políticas, em todos os seus níveis, restringem e procuram controlar as possibilidades de participação dos grupos e classes populares nas tomadas de decisão e nas possibilidades de mudança social.

16. É importante destacar o caráter implacável de toda uma série de mecanismos de dominação mais sutis, freqüentemente subestimados nas análises, os quais produzem formas de desigualdade e discriminação entre negros, indígenas e mulheres. É preciso destacar que os diferentes mecanismos não se contrapõem ou justapõem uns aos outros mas, ao contrário, articulam-se em uma mesma estrutura global de dominação. As populações negras, os povos indígenas e a mulher do povo continuam, ainda hoje como durante séculos, duplamente oprimidos, porém lutando, mais que no passado, por sua liberdade.

Estes mecanismos não respondem de forma determinista nem linear aos interesses de dominação, mas geram contradições que os setores populares podem aproveitar em seu caminho.

17. Na verdade, estas estruturas e estes mecanismos de dominação seguem ritmos diferentes de acordo com diferenças de nacionalidades e de regiões e, principalmente, conforme a capacidade de resposta em termos de organização, de consciência e de luta das forças sociais populares emergentes. Dessa forma, estas forças vão ocupando cada vez mais lugares nas diferentes instituições da sociedade.

18. Ademais, pode-se constatar que este sistema de dominação vive uma crise permanente, já desde sua origem, e que se vai tornando cada vez mais aguda nas últimas décadas com o fortalecimento dos setores populares.

C. Movimento popular e comunidades eclesiais de base

19. Cresce cada vez mais na América Latina o número de cristãos que expressam e celebram explicitamente sua fé em Cristo e sua esperança no Reino de Deus, no interior do movimento popular. Surge uma corrente eclesial e popular que se vai expressando em diferentes formas de vida e de comunidade cristã.

20. A irrupção do pobre dá-se também dentro da Igreja já estabelecida, produzindo uma transformação religiosa e eclesial. A Igreja vive assim o juízo de Deus, que irrompe na história libertadora dos pobres e explorados. É um tempo de graça e de conversão eclesial, fonte inesgotável de uma nova e exigente experiência espiritual. Na luta do povo, a Igreja redescobre sempre mais a sua identidade e a sua missão próprias.

21. A corrente cristã no interior do movimento popular e a renovação da Igreja a partir de sua opção pelos pobres são um movimento eclesial único e específico. Este movimento eclesial vai configurando diferentes tipos de comunidades eclesiais de base onde o povo encontra um espaço de resistência, de luta e de esperança frente à dominação. Ali os pobres celebram sua fé em Cristo libertador e descobrem a dimensão política da caridade.

22. As comunidades eclesiais de base ou comunidades cristãs populares são parte integrante da caminhada do povo, mas não constituem um movimento ou poder político paralelo às organizações populares, nem pretendem legitimá-las. As comunidades cristãs, dentro do povo dos pobres e através da formação da consciência, da educação popular e do desenvolvimento de valores éticos e culturais, exercem um serviço libertador, assumido em sua missão específica, evangelizadora, profética, pastoral e sacramental.

23. A Igreja recupera os símbolos de esperança do povo, manipulados secularmente pelo sistema de dominação. A Igreja celebra a presença do Deus da Vida, nas lutas populares por uma vida mais justa e humana. A Igreja encontra o Deus dos pobres, enfrentando os ídolos da opressão. A Igreja acolhe o Reino como Dom gratuito do Pai na construção da fraternidade e da solidariedade de todas as classes oprimidas e das raças humilhadas por este anti-Reino da discriminação, da violência e da morte, que é o sistema capitalista dominante.

24. A manifestação histórica dos pobres que se apropriam do Evangelho como fonte de inspiração e esperança em sua luta pela libertação está profundamente enraizada na tradição bíblica. O que, além disso, pode ser facilmente verificado ao longo da história das Igrejas cristãs.

25. No Antigo Testamento, toda a história de um povo que se liberta é narrada da perspectiva do êxodo de uma situação de opressão em direção a um espaço e tempo de liberdade, abundância e fraternidade. O mesmo ocorre no Novo Testamento, onde os ensinamentos de Jesus, como nos são apresentados pelo evangelista Mateus, começa com as Bem-aventuranças

dos pobres (Mt 5, 2 a 11) e termina com a sentença definitiva de que Cristo somente pode ser encontrado nas práticas concretas que redimem o pobre da condição de explorado, de oprimido, de faminto, enfim, de despojado de sua dignidade humana e de filho de Deus (Mt 25, 31-40).

26. Todo o relato bíblico revela-nos que a luta dos pobres pela sua libertação são símbolos da ação de Deus na história, e como tais são vividos como embriões imperfeitos e provisórios do Reino definitivo. Os cristãos têm a responsabilidade de discernir a ação do Espírito que impulsiona a história e suscita as antecipações do Reino dentro de cada setor do mundo dos pobres.

II DESAFIO À CONSCIÊNCIA ECLESIAL

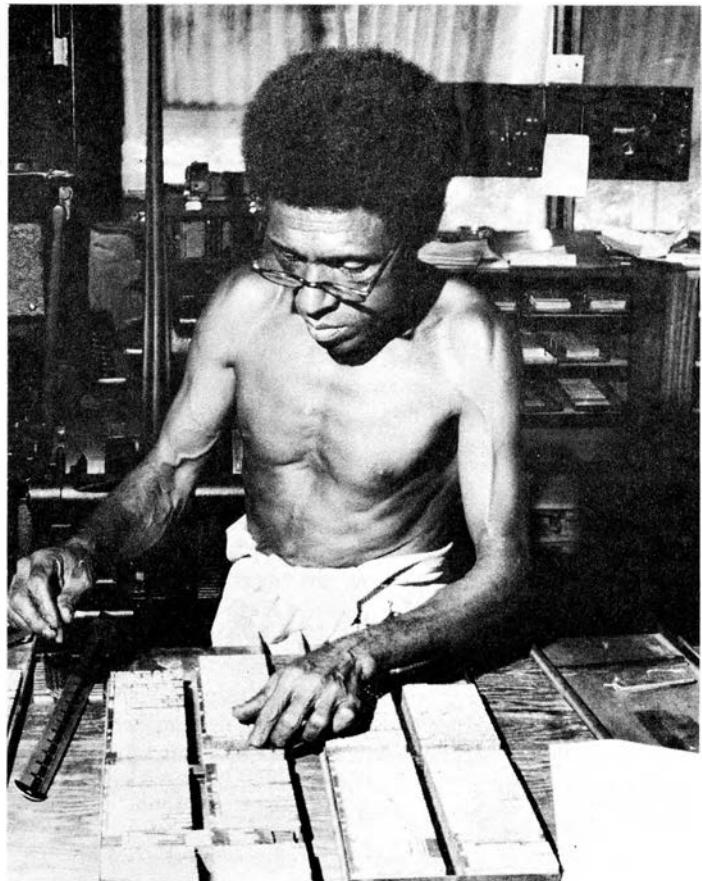
27. Este caminho de sofrimento, de consciência e de luta de nosso povo coloca-nos, como cristãos e como Igreja, questionamentos e desafios. Por um lado, devemos entender este caminho à luz da Revelação de Deus ao longo da história. Por outro lado, nossos modos de viver e compreender a fé são interpelados pela vitalidade e criatividade dos movimentos populares e comunidades eclesiais de base. Mais especificamente, necessitamos atualizar e aprofundar nossa eclesiologia, e isso principalmente em três linhas:

- a. a relação profunda entre o Reino, a história humana e a Igreja;
- b. a evangelização e as comunidades eclesiais de base; e
- c. o seguimento de Jesus.

A. Reino, história humana e Igreja

28. Sabemos, por nossa fé, que a história coletiva que vivemos com nosso povo, com suas contradições de dominação e libertação, de segregação e fraternidade, de vida e de morte, tem um sentido de esperança. Aqui, queremos dar a razão de nossa esperança" (1 Pedro, 3, 15).

29. O Deus em que acreditamos é o Deus da Vida, da liberdade e da justiça. Ele criou "a terra e tudo que nela existe" a serviço do homem e da mulher, para que eles vivam, comuni- quem a vida e transformem esta terra em lar para todos os seus filhos. O pecado do homem que se apropria da terra e assassina seu irmão não destrói o desígnio de Deus (Gen. 2-4). Por isso Ele chama Abraão para ser o pai de um povo (Gen. 12 e ss.) e Moisés para libertar este povo da opressão, fazer com ele uma



aliança e encaminhá-lo à terra prometida (Êxodo, Deuteronômio).

30. Jesus proclama a esse mesmo povo a presença nova do Reino de Deus. O Reino que Ele mostra com sua prática messiânica não é senão a vontade eficaz do Pai que quer a vida para todos os seus filhos (Lucas 4 e 7, 18-23). O sentido da existência de Jesus é dar sua vida para que todos tenhamos vida, e em abundância. Isto o fez solidarizando-se com os pobres, fazendo-se pobre (2 Cor. 8, 9; Fil. 2, 7) para de dentro da pobreza anunciar o Reino da libertação e da vida. As elites religiosas e os chefes políticos que dominam o povo de Jesus rechaçam este Evangelho, retiram de seu meio o Testemunho do amor do Pai e "dão morte ao Autor da vida". Deste modo, cumulam a medida do "pecado do mundo" (Atos 2, 23 e 3, 14-15; Rom. 1, 18-3.2; João 1, 5 e 10-11; 3, 17-19).

31. Mas o amor de Deus é maior que o pecado do homem. O Pai leva adiante sua obra para o próprio povo judeu e para todos os povos da terra por meio da ressurreição de Jesus dentre os mortos. Em Jesus Cristo ressuscitado dá-se o triunfo definitivo sobre a morte e têm primícias "a nova terra e o novo céu", cidade de Deus com os homens (Apoc. 21, 1-4).

32. A presença do Reino não é tangível para nós da mesma forma como o foi para os companheiros de Jesus (1 João 1), nem podemos ver ainda a plenitude do Reino que esperamos. Por isso, o Senhor Ressuscitado derrama seu Espírito sobre a comunidade de seus discípulos para que com sua própria vida a Igreja seja o corpo visível de Cristo entre os homens, que revela sua ação libertadora na história (Atos 2; 11-12; Ef. 4).

33. A realização do Reino como desígnio último de Deus para sua criação se experimenta nos processos históricos da libertação humana. O Reino possui, por um lado, caráter utópico nunca totalmente realizável na história e, por outro lado, antecipa-se e se concretiza nas libertações históricas. O Reino impregna e permeia as libertações humanas manifestando-se *nelas* mas sem identificar-se *com* elas. As libertações históricas, pelo fato de serem históricas, são limitadas mas abertas para algo maior. O Reino as ultrapassa. Por isso é objeto de nossa esperança e podemos então orar ao Pai: “venha o teu Reino”. As libertações históricas encarnam o Reino na medida em que humanizam a vida e geram relações sociais de maior fraternidade, participação e justiça.

34. Para entender a relação entre Reino e libertações históricas pode ajudar-nos, de modo analógico, o mistério da encarnação. Assim como no único e mesmo Jesus Cristo a presença de Deus e do homem conservam cada uma a sua identidade sem absorção nem confusão, assim acontece com a realidade escatológica do Reino e das libertações históricas.

35. A libertação e a vida que Deus nos oferece ultrapassa, pois, tudo o que podemos alcançar na história. Porém não se nos oferece fora dessa história ou sem passar por ela. Por outro lado, é demasiado evidente que no mundo também existem outras forças que são de opressão e de morte. São as forças do pecado, pessoal e social, que rechaçam o Reino e negam praticamente a Deus.

36. Todo homem é chamado pela palavra do Evangelho a acolher o Reino como dom, convertendo-se da injustiça e dos ídolos para o Deus vivo e verdadeiro anunciado por Jesus (Mc 1, 15; Jo 16, 3; 1 Tes 1, 9). O Reino é graça e deve ser acolhido como tal, mas é também exigência de vida nova, de compromisso na libertação solidária dos oprimidos e na construção de uma sociedade justa. Por isso dizemos que o Reino é *de Deus*, é graça e obra sua, mas ao mesmo tempo é exigência e tarefa para o ser humano.

37. O Reino é o horizonte e o sentido da Igreja. Hoje é urgente, desde o Terceiro Mundo, recordá-lo: a Igreja não existe para si mesma, mas sim para servir às pessoas no interesse do Reino de Deus, para revelar-lhes o dinamismo do Reino que permeia sua história, para testemunhar a presença de Cristo Libertador e de seu Espírito nos fatos e nos sinais de vida que se dão no caminhar dos povos.

Para cumprir essa missão, a Igreja procura seguir Jesus optando, como Ele, pelos pobres da terra, “armando sua tenda”

entre eles (Jo 1, 14). Assim pode viver de forma densa e significativa a realidade nova do Reino. Daí pode ser testemunho crível e sacramento vivo do Evangelho do Reino para todos os homens.

38. O Reino também julga a Igreja. Provoca-a à conversão denunciando suas contradições, seu pecado nas pessoas e nas estruturas. Fá-la confessar seus erros históricos, suas cumplicidades, suas traições à missão evangelizadora. Neste gesto de humilde confissão, a Igreja encontra a graça de seu Senhor que a purifica e a alenta em seu caminho.

B. A Evangelização e as comunidades eclesiais de base

39. Uma comunidade é cristã porque evangeliza: essa é sua tarefa, sua razão de ser, sua vida. Evangelizar é uma tarefa distinta e complexa: uma comunidade cristã é chamada a evangelizar em tudo o que faz; pelas palavras e pelas ações.

40. Evangelizar é anunciar o verdadeiro Deus, o Deus revelado em Cristo: o Deus que faz aliança com os oprimidos e defende sua causa, o Deus que liberta seu povo da injustiça, da opressão e do pecado.

41. A libertação dos pobres é um caminho doloroso, marcado tanto pela paixão de Cristo como pelos sinais de ressurreição. A libertação dos pobres é uma história imensa que abarca a totalidade da história da humanidade e lhe dá o seu verdadeiro sentido. O Evangelho proclama a história da libertação total presente nos acontecimentos atuais. Ela mostra como, aqui e agora, em meio às massas pobres da América Latina e em todos os povos marginalizados, Deus está libertando seu povo.

42. Puebla falou do “potencial evangelizador dos pobres” (1147). Com esta expressão Puebla quis valorizar a experiência rica e múltipla de numerosas comunidades cristãs, já que esta vivência foi que permitiu redescobrir a realidade de uma evangelização feita pelos pobres. Os pobres – povo oprimido e crente – anunciam e mostram a presença do Reino de Deus em seu próprio caminhar e em sua luta: a vida nova, a ressurreição que se manifesta em suas comunidades é o testemunho vivo de que Deus está atuando nelas. Seu amor aos irmãos, aos inimigos e sua solidariedade mostram a presença ativa do amor do Pai. Os pobres podem evangelizar porque a eles foram revelados os segredos do Reino de Deus (Mateus 11, 25-27).

43. A evangelização feita pelos pobres encontra, na América Latina, seu lugar privilegiado em uma experiência concreta: as comunidades eclesiais de base. Estas comunidades são locais de encarnação de uma Igreja que, fiel a sua vocação, nasce cons-



tantemente da fé do povo dentre os “não convidados para o banquete” (Lc 14, 15-24). Nelas se realiza a avaliação da vida de fé em um compromisso concreto; nelas se celebra a esperança dos pobres e se comparte o pão que faz falta a tantos irmãos e no qual se faz presente e se reconhece a vida do Ressuscitado. Lugares privilegiados nos quais o povo lê a Bíblia e torna sua, em seus próprios termos, em suas próprias expressões, a mensagem. Permite momentos de encontro fraterno nos quais Deus é reconhecido como Pai. O aspecto comunitário está unido, pois, à tarefa evangelizadora, ao chamado para fazer discípulos e formar uma assembléia de discípulos, uma Igreja a partir dos pobres.

44. A evangelização não tem como finalidade a formação de pequenas elites nem de grupos privilegiados na Igreja. Ela se volta para a multidão de ovelhas sem pastor, como diz Jesus (Mat 9, 35); isto é, para as massas abandonadas, despojadas de todos os bens. Por isso as comunidades cristãs renovam-se no movimento que as impulsiona a procurar os mais explorados entre os pobres. A evangelização das massas faz-se dentro da perspectiva da opção preferencial pelos pobres.

45. Deste modo ela contribui significativamente para a transformação da massa em povo. Por outro lado, as multidões humanas não são indivíduos isolados, os pobres são humilhados coletivamente naquilo que os reúne e faz sua identidade: em sua cultura, em sua língua, em sua raça, em sua nação e em sua história, e também, duplamente, no caso das mulheres.

A evangelização é atividade concreta que se dirige a pessoas concretas aqui e agora. Por isso ela assume a libertação dos pobres na libertação de sua cultura, de sua língua, de sua raça, de seu sexo. As comunidades cristãs populares são primíscia do povo inteiro a cujo serviço estão. Nelas o povo pobre descobre melhor sua identidade, seu valor, sua missão evangelizadora dentro da história de libertação dos povos. A universalidade do anúncio do Evangelho passa por esse processo histórico e por esse compromisso da comunidade cristã.

C. O Seguimento de Jesus

46. As massas que seguem a Jesus e admiram o bem que faz a todos (Atos 10, 38) são as primeiras a escutar a boa nova do Reino. Jesus “agrupa em torno de si uns quantos homens tomados de diversas categorias sociais e políticas de seu tempo. Embora confusos e às vezes infiéis, são movidos pelo amor e o poder que dele se irradia: eles são constituídos em semente de sua Igreja; e, atraídos pelo Pai, iniciam o caminho de seguir Jesus” (Puebla, 192).

A força do Espírito leva a uma conversão, a uma radical mudança de vida; constitui-se assim uma comunidade apostólica embrião e modelo das primeiras comunidades eclesiais. No desígnio de Deus, os ricos e poderosos, para receber o Evangelho, tiveram de aprendê-lo de mulheres e homens do povo.

47. Estas primeiras comunidades dão testemunho de Jesus Cristo e mostram o caminho para segui-lo: Jesus foi pobre e viveu entre pobres e lhes anunciou a esperança. Trata-se de uma esperança messiânica, à diferença de algumas errôneas representações de seu tempo, porém fiel ao cumprimento da promessa de seu Pai. O Messias anuncia o Reino de Deus, isto é, um Deus que se revela como tal porque reina fazendo justiça aos pobres e oprimidos. Separar Deus de seu Reino é ignorar o Deus anunciado por Jesus. Um Deus que convoca os irmãos, de entre os mais pobres e abandonados. Jesus proclama que eles são bem-aventurados e que o Reino lhes pertence por um dom gratuito e preferencial do Senhor. Este dom traz a exigência do compromisso pela justiça.

48. A boa nova que anuncia aos pobres o fim da opressão, da mentira, da hipocrisia e do abuso do poder é também má notícia para aqueles que lucram com o abuso e a injustiça. Por isso os poderosos perseguem Jesus até a morte. Jesus quis ser a vítima decisiva da injustiça e do mal deste mundo” (Puebla, 194) e assim praticar o que tinha ensinado: que ninguém ama mais do que aquele que dá a vida pelos outros. Por um amor tão grande seremos reconhecidos como seus discípulos. Tais são “as exigências da justiça do Reino de Deus em um discípulo obediente e radical” (Carta às Igrejas cristãs e organismos ecumênicos da América Latina, Oaxtepec, México, 24.9.78).

49. As primeiras comunidades percorreram o caminho libertador de Jesus Cristo proclamando-o como o único Senhor; chegaram ao martírio por rechaçarem o culto idolátrico aos poderes deste mundo. Hoje, muitas comunidades cristãs populares no Terceiro Mundo percorrem o mesmo caminho de seguir Jesus. Recusam-se a aceitar os mecanismos de dominação que enriquecem os setores e países poderosos com a pobreza dos fracos (Cf. discurso de João Paulo II à Conferência Episcopal de Puebla); reclamam para os oprimidos e explorados a justiça e a dignidade, o trabalho e o pão, a educação, o teto e a participação na construção da história de cada povo. Partindo desta luta libertadora estas comunidades experimentam o Senhor como vivo e presente; sentem a ação do Espírito que ao mesmo tempo chama ao deserto da provação e envia os pobres e oprimidos a evangelizar com a valentia de um novo Pentecostes.



50. No seguimento de Jesus nunca se separa a experiência espiritual da luta libertadora. No interior deste processo experimenta-se a Deus como Pai a quem é oferecido todo esforço e toda luta, de quem vem a valentia e a coragem, a verdade e a justiça. A confiança filial assegura que, se o Pai ressuscitou seu Filho para demonstrar a verdade de sua Palavra, também dará a vida a quem, no caminho de Jesus, entregar a vida pelos demais.

51. Assim como Jesus, têm sido perseguidos aqueles que denunciaram a existência da miséria e da opressão. Esta denúncia desmascara a falsa ilusão de um progresso crescente, despreocupado, feliz. Anuncia, além disso, que os pobres reclamam justiça. São verdades incômodos que não se podem silenciar.

52. O caminho de Jesus percorrido pelas comunidades eclesiás de base é um caminho de fé em um Deus a quem não vemos e de um amor a um irmão a quem vemos. Não está no caminho de Jesus aquele que diz crer, mas não ama; ou aquele que diz amar, mas na prática não o faz. Por isso, os mártires da justiça que dão sua vida pela liberdade de seus irmãos oprimidos são também mártires da fé porque aprenderam do Evangelho o mandamento do amor fraterno como símbolo dos discípulos do Senhor.

III EXIGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS

A. Espiritualidade e libertação

53. Durante nosso encontro dedicamos longos momentos à celebração comum de nossa fé e nossa esperança.

54. Cremos que cultivar a espiritualidade e a vida segundo o Espírito de Jesus é uma exigência fundamental a cada um de nós e às comunidades cristãs. Muitos de nós e de nossas comunidades vivemos à busca da espiritualidade cristã dentro da nova situação da Igreja no Terceiro Mundo.

Por sua importância capital, pensamos que o tema da espiritualidade deve ser retomado em futuros encontros, escritos e realizações.

55. Devemos ajudar nossas comunidades a viver da grande tradição espiritual da Igreja que hoje, como em todas as épocas, encarna-se e se expressa assumindo os atuais desafios da história. Assim, podemos falar de uma “espiritualidade da libertação”. Devemos vitalizar e, por vezes, até mesmo recuperar a espiritualidade cristã, como a experiência original do Deus Vivo, que lança os cristãos e as comunidades populares para o compromisso evangelizador e político e na reflexão teológica.

56. Isso implica em ir superando os dualismos alheios à espiritualidade bíblica: fé e vida, oração e ação, compromissos e tarefas diárias, contemplação e luta, criação e salvação. A espiritualidade não é apenas um momento do processo de libertação dos pobres, mas a mística da experiência de Deus em todo este processo. Significa o encontro com o Deus vivo

de Jesus Cristo na história coletiva e na vida cotidiana e pessoal.

A oração e o compromisso não são práticas alternativas. Exigem-se e se reforçam mutuamente. A oração não é uma evasão, mas um modo fundamental de seguir Jesus que nos torna sempre disponíveis para o encontro com o Pai e para as exigências da missão.

57. A Espiritualidade, hoje, reclama também de nós que nos enriquecamos com as grandes tradições religiosas e culturais do Terceiro Mundo. Tudo isto nos irá ensinando a introduzir a poesia, a música, o símbolo, a festa e a convivência e, sobretudo, a gratuidade na celebração de nossa fé.

58. Os agentes da evangelização não irão celebrar para o povo, mas com ele. O povo nos evangeliza transmitindo-nos a mística de sua fé, de sua solidariedade e de suas lutas.

59. A espiritualidade que hoje procuramos revitalizar quer acentuar o amor de Deus que nos chama a seguir Jesus e que se revela no pobre. Nas lutas, na entrega, no martírio do povo, Jesus é seguido até o sacrifício da cruz, mas também até sua ressurreição libertadora.

60. A espiritualidade que queremos recriar faz da opção solidária pelos pobres e oprimidos uma experiência do Deus de Jesus Cristo. Tudo isto nos exige um constante êxodo interior e uma mudança de caráter social e cultural. Compromete-nos com viver as consequências políticas e econômicas do mandamento do amor.

61. A Eucaristia ou Ceia do Senhor ocupará o lugar central de nossas comunidades, junto à Palavra de Deus posta em comum. Celebradas entre os pobres e oprimidos, são promessa e exigência da justiça, da liberdade e da fraternidade pelas quais lutam os povos do Terceiro Mundo.

62. Para as comunidades cristãs, Maria a mãe de Jesus, apresenta-se sobretudo como a mulher pobre, livre e comprometida do Magnificat, como a crente fiel que acompanhou seu Filho até a Páscoa. Para as comunidades católicas, os santos de sua devoção convertem-se em familiares do Reino e companheiros de caminho.

63. Nossas comunidades cristãs populares crescerão em sua dimensão contemplativa. Na oração, estas comunidades do Terceiro Mundo devem agradecer o dom da natureza e da vida como expressão do gozo que nos produzem e do respeito que nos merecem, e também agradecer com alegria e confiança na história o dom da comunhão com o Deus que tudo alenta. Nossas comunidades cristãs devem, além de viver a oração, educar-se para ela. Abertas para a vida recolherão na oração o clamor do povo que pede justiça e busca sem descanso o rosto de seu Deus libertador.

64. Reafirmamos a eficácia evangelizadora e libertadora da oração em nós e nos povos. Cremos em sua eficácia humanizadora nas lutas. Cremos que a contemplação cristã dá sentido à vida e à história, mesmo nos fracassos, e estimula a aceitar a Cruz como caminho de libertação.

B. Perseguição, repressão e martírio

65. A Igreja que renasce pela força do Espírito entre as classes exploradas e oprimidas de nossos povos mantém viva a memória perigosa dos mártires que entregaram sua vida como símbolo do amor maior (João 15, 13). Com uma sensibilidade cristã esta Igreja recupera assim a tradição das mais antigas comunidades eclesiais e atinge, aqui, o centro da fé cristã: o resgate das mãos de um mundo ímpio, injusto e idólatra, da memória caluniada daquele marginalizado da sociedade, Jesus de Nazaré.

66. O assassinato de Jesus (Atos 5, 30), além de matar sua vida tentou difamá-lo e assestar um golpe mortal a sua causa: “blasfemou” (Marcos 14, 64); “não fora este um subversivo e não o traríamos ante teu tribunal” (João 18, 30); se não vigiarem seu sepulcro com soldados, “virão seus discípulos e o roubarão e dirão ao povo que ressuscitou da morte” (Mateus 27, 64).

67. Os poderes dominantes do tempo de Jesus aterrorizaram-se ao recordar o assassinato. O sepulcro vazio, entretanto, e a força do Espírito que faz presente Jesus ressuscitado em meio a seus amigos suscitarão a fé pascoal que libertou os discípulos de um temor paralisante e cúmplice. Homens débeis anunciam com vigor que o assassinado “fora dos muros da cidade” (Hebreus 13, 12), “este Jesus a quem vós crucificastes foi ressuscitado por Deus e feito Senhor e Messias” (Atos 2, 33-36).

68. O “modo de viver” ou “caminho” que os discípulos anunciam, aquela igualdade de pensar e de sentir, de ter tudo em comum e não permitir a exploração de ninguém, aquela “eficácia” no anúncio de Jesus ressuscitado, em uma palavra, aquela aproximação ao Reino que constituem as primeiras comunidades cristãs (veja-se Atos 4, 32-35) foi perseguida e reprimida pelos mesmos que haviam assassinado o Senhor. Unidos na comunidade da vida, na oração e na repartição do pão (Atos 2, 42), os que antes estavam silenciados pelo terror entraram, cheios do Espírito, na resistência e proclamaram que “é preciso obedecer a Deus antes que aos homens” (Atos 5, 30).

69. Em todo o Terceiro Mundo as classes populares e as etnias oprimidas hoje resistem, organizam-se e lutam para construir terras de justiça, de trabalho e de vida compartilhados e humanizantes. Desta forma estão obedecendo a Deus que quer que os homens vivam e dominem a terra como herdeiros, como filhos que se sentem em um lar de irmãos. A Igreja que renasce neste povo, na luta espontânea e organizada, compartilha esta luta e muitas vezes a impulsiona com sua fé irremovível no amor de Deus que garante o sentido absoluto desta luta.

70. Por isso a Igreja sofre a mesma repressão que as classes dominantes desatam contra o povo. Esta repressão desencadeada por ódio à justiça, por ódio à dignidade dos homens, é o que hoje chamamos perseguição à Igreja. Os torturados, desaparecidos, exilados, presos e assassinados deste povo temos direito de celebrá-los como mártires. São operários, campões, índios e negros, homens e mulheres, crianças inocentes já entusiasmadas pelo projeto histórico de seus pais. E os catequistas, delegados da palavra, líderes de comunidades cristãs, sacerdotes e pastores, religiosos e religiosas, e bispos mártires, temos direito de celebrá-los como heróis sacrificados do povo dos pobres.



71. Quando nossa Igreja não aceita viver esta vida generosamente entregue pela causa de Deus na causa das classes hoje exploradas e oprimidas, quando se deixa paralisar pelo temor e não recorda, com o povo, seus mártires, temos direito de perguntar-nos se tem novos olhos para reconhecer o Senhor crucificado nos rostos desfigurados dos empobrecidos do Terceiro Mundo (veja-se Puebla nn 31-39).

72. Temos o direito de perguntar-nos se como Igreja praticamos a oração de agonia que Jesus praticou, a oração da submissão ao Pai e da resistência ao opressor, a oração que deu a Jesus a força para caminhar para a cruz da qual Deus o ressuscitou. Temos que perguntar a nossa Igreja se reconhece, no ato de dar a vida pelos amigos, o amor maior.

73. No entanto, damos graças ao Senhor porque aumentam os pastores e as comunidades que anunciam a morte de seus mártires e a prolongam com seu próprio testemunho.

C. Unidade das Igrejas a partir dos pobres

74. A maior divisão e desunião que o Terceiro Mundo sofre é o pecado da injustiça pelo qual “muitos têm pouco e poucos têm muito” (Puebla, Mensagem aos povos da América Latina). Esta injustiça transpassa e divide também todas as nossas Igrejas e as faz assumir posturas contraditórias.

75. Constatamos com alegria que, no serviço solidário à causa dos pobres, participando de suas justas lutas, de seus sofrimentos e sua perseguição, está se rompendo a primeira grande barreira que dividiu por tanto tempo as diversas Igrejas. Muitos cristãos redescobrem o dom da unidade ao encontrar o único Cristo nos pobres do Terceiro Mundo (Mt 25). A promoção de uma libertação integral, o sofrimento comum e o partilhar da esperança e alegria dos pobres puseram em destaque tudo aquilo que os cristãos têm em comum.

76. Nesta opção pelos pobres e na prática da justiça, aprofundamos as raízes da fé em um único Senhor, uma única Igreja, um único Deus e Pai. No seguir Jesus professamos Cristo como o Filho de Deus e irmão de todos os homens. Na luta por uma vida justa para os pobres professamos o único Deus, Pai de todos. No compromisso eclesial professamos à Igreja de Jesus Cristo como seu corpo na história e como sacramento de libertação.

77. Nesta fé e nesta prática as diferentes comunidades cristãs populares, católicas e protestantes, partilhamos um mesmo projeto histórico e escatológico. Essa fé e essa prática fazem-

nos avançar na unidade ao nível da evangelização, da celebração litúrgica, da doutrina e da teologia. Se é verdade que os pobres nos evangelizam, também é verdade que eles abrem o caminho para nossa unidade. Eles aceleram o cumprimento da última vontade de Jesus: que todos sejam um; que todos, católicos e protestantes, e mais ainda, todos os homens e mulheres de todas as raças e culturas cheguemos a formar o povo dos filhos de Deus.

D. Igrejas e povos do Terceiro Mundo

78. Neste congresso de encontros tão profundos, pudemos constatar um notável desconhecimento recíproco e uma falta de permanente comunhão efetiva entre nossos povos e Igrejas da Ásia, África, América, Caribe e das minorias étnicas dos EE.UU.

79. Não podemos deixar de reconhecer em cada um dos Povos e Igrejas do Terceiro Mundo identidades e contribuições próprias no processo da libertação: pelos sofrimentos, lutas e conquistas de suas Histórias respectivas e pela riqueza específica de suas Culturas. Ângulos diferentes do rosto de uma Humanidade pobre, oprimida e aberta à contemplação e à esperança.

80. De hoje em diante nos comprometemos, para sermos fiéis a esta hora do Evangelho e dos povos pobres, a uma maior intercomunicação e ajudar-nos com nova eficiência e em espírito ecumênico, dentro do processo libertador que vivem as Igrejas no Terceiro Mundo.

81. Todos estes processos têm um marco global ao nível da construção da história. O povo dos pobres no Terceiro Mundo esforça-se penosamente por alcançar a unidade na luta comum contra toda forma de colonialismo, neocolonialismo e imperialismo. As Igrejas devem estar comprometidas com este esforço.

E. Conversão e estruturas da Igreja

82. A Igreja não foi convidada a renovar-se mas convocada a converter-se de seus pecados pessoais e estruturais, assimilados do espírito “deste mundo” (veja-se Romanos, 12, 2).

83. Se a Igreja não se converte em suas estruturas perde a credibilidade e força de profecia. Uma Igreja não pode optar pelo mundo dos pobres e oprimidos permanecendo rica e dominadora (Medellin, Pobreza; Puebla, 1140).

84. A novidade do Espírito de Jesus ressuscitado exige uma Igreja sempre nova a serviço do mundo novo do Reino. Para que a Igreja seja capaz de libertar-se a si própria e ser sacramento de libertação, devemos imitar em nossas estruturas eclesiais o novo modo de convivência inaugurado por Jesus (veja-se Filipenses 2 e Mateus 18, 15-35; 20, 25-28; e 23, 1-12).

85. Nas estruturas ministeriais tal novidade obriga a Igreja a acolher como dom do Espírito os novos ministérios que as comunidades requerem e geram. Nesta nova visão, a discriminação que a mulher sofre nas Igrejas não se justifica nem bíblica, nem teológica, nem pastoralmente.

86. A liberdade dos filhos de Deus ensinada por Jesus com sua palavra, com sua vida e com sua morte, evidentemente também se há de exercer dentro da própria Igreja. Isso implica em não aceitar passivamente na Igreja a coerção, e ajudar o povo cristão a não ver como rebeldia o que apenas pretende ser livre fidelidade evangélica.

F. Lutas específicas e processo global de libertação

87. A Igreja do Terceiro Mundo comprometer-se-á com as lutas de libertação que assumem os interesses específicos de etnia, raça e sexo dentro dos marcos globais da luta dos pobres. Os povos indígenas, os povos negros e a condição da mulher do povo merecerão sempre de nossa Igreja uma dedicação especial e uma crescente atenção de nossa Teologia.

88. A Igreja deve contribuir, a partir de sua fé na caridade evangélica, para que essas diferentes lutas sejam verdadeiras alianças de força do povo oprimido, sem hegemonias absorventes que por sua vez se tornam opressororas. Devemos cooperar para que esta grande aliança e este respeito mútuo tornem-se efetivos desde já no processo de luta global.

89. A Igreja anunciará, por missão própria, e estimulará neste processo, aqueles valores evangélicos que defendem a vida e a liberdade da pessoa humana, que abrem espaço de comunhão com o Pai e com os irmãos e que hão de contribuir de forma original para forjar o homem novo na nova sociedade.

90. A Igreja, como Jesus, estará sempre gratuitamente presente entre os mais fracos e marginalizados e será sempre crítica e livre frente aos grandes poderosos deste mundo.

G. Alguns esclarecimentos

91. A participação de todo o povo de Deus na vida interna das Igrejas cristãs faz-se cada vez maior. A forma desta participação nas estruturas atuais das Igrejas não foi, ainda, objeto de estudo detalhado. Consta-se, porém, com alegria, o modo como nossos bispos e pastores, por iniciativa própria tomam medidas eficazes que fazem esta participação sempre mais ampla e efetiva no interior da comunidade eclesial e em sua orientação pastoral.

92. As Igrejas cristãs, como instituições, não se devem restringir a uma parcela da sociedade, em detrimento da universalidade da mensagem de Jesus. No carpinteiro de Nazaré, Deus fez sua opção pelos pobres e oprimidos. Ser pobre é vocação de toda a Igreja. A comunidade eclesial, no entanto, está aberta a todos – ao jovem rico e a Zaqueu – sempre que eles, por exigência evangélica, estejam dispostos a assumir as aspirações libertadoras dos oprimidos (Lc 19, 1-10).

93. Em nossas sociedades do Terceiro Mundo existe uma grave divisão que nega a fraternidade evangélica e devida à existência de diferentes classes sociais. A conversão do Evangelho de Jesus, inobstante, não se limita a tomar consciência de que é necessário estar ao lado dos oprimidos. Essa é, sem dúvida, uma exigência do Senhor que despede os ricos com as mãos vazias e sacia de bens os famintos. A conversão cristã implica sobretudo na abertura à palavra de Jesus, acolhida na fé, vivida na esperança libertadora e que se concretiza no amor que transforma o ser humano e seu mundo.

94. Devemos louvar o Senhor pela participação dos cristãos na construção de sociedades justas e fraternas. A libertação e suas implicações sócio-políticas, assim como as categorias de análise que a definem não se esgotam nas teorias sociais. Antes que as ciências sociais falassem de libertação, o povo de Deus a realizava no Egito dos faraós. A libertação é o centro da mensagem bíblica. No horizonte da expectativa pascoal, a libertação não se reduz a este ou àquele modelo político, mas transpassa toda a história e alcança sua plenitude na manifestação do Reino assegurado pela prática libertadora de Jesus e pela bondade misericordiosa do Pai.

95. Encerramos nosso congresso e terminamos este documento confortados pela promessa de Jesus Cristo a seus seguidores: “Não tenham medo, eu venci o mundo. Estarei convosco até o fim dos tempos” (João 16, 33 e Mateus 28, 20).

Carta aos cristãos que vivem e celebram a sua fé nas comunidades cristãs populares dos países e regiões pobres do mundo

Congresso Internacional Ecumênico de Teologia

São Paulo, 20 de fevereiro a 1º de março de 1980

Nós que escrevemos esta carta para vocês somos cristãos, leigos das Comunidades Cristãs, pastores, sacerdotes e bispos, homens e mulheres, negros, brancos, autóctones e indígenas, vindos de diferentes Igrejas Cristãs, de 42 países, da América Latina, Ásia, África, Caribe e América do Norte. Estivemos reunidos, em nome de Jesus Cristo, aqui em São Paulo, Brasil, nos dias 20 de fevereiro até 1º de março de 1980, em espírito de muita fraternidade, para orar, estudar e refletir juntos sobre os apelos de Deus que nos chegam através do clamor dos pobres do mundo inteiro, sobretudo da América Latina.

Os nossos irmãos, vindos da América Latina, Ásia, África e das minorias negra e hispana da América do Norte, nos contaram a situação dos pobres, dos negros, das mulheres, dos povos indígenas dos seus países. E todos juntos, vimos que a pobreza existente na América Latina e no resto do mundo não é o resultado do destino, mas é o fruto de uma grande injustiça que brada ao céu, como o sangue de Abel assassinado por Caim (Gen. 4, 10). Vimos também que a causa principal desta injustiça deve ser procurada no sistema capitalista que, como uma nova Torre de Babel (Gên. 11, 1-8), se segue sobre o mundo e controla a vida dos povos, favorecendo a uns poucos que se enriquecem, cada vez mais, à custa da pobreza crescente dos outros. É por isso que os povos empobrecidos dos nossos países vivem num verdadeiro cativeiro dentro da sua própria terra.

Mas vimos também uma outra coisa que nos dá muita esperança e que queremos partilhar com vocês, a saber, que a força da vida que vem de Deus está se manifestando exatamente naqueles lugares onde a vida é oprimida, escravizada e crucificada no calvário do mundo. Com efeito, em toda a parte do mundo pobre e sobretudo aqui na América Latina, os pobres cristãos e não cristãos estão despertando, querendo sacudir o jugo da escravidão. E os cristãos estão percebendo

que, em nome da sua fé em Jesus Cristo, já não podem concordar com esta situação. Por isso, no meio desta luta pela libertação, eles estão se reunindo em comunidades para renovar a sua fé em Jesus Cristo e assim ser um fermento nesta massa que busca a sua liberdade. Como Abraão e Moisés, eles estão se levantando, procurando formar um novo povo numa terra renovada, onde a bênção da vida que vem de Deus, seja de fato recuperada para todos (Gên. 12, 1-4). Estão se organizando e lutando nos movimentos populares para que todos possam ter trabalho, pão, casa, saúde e educação; para que possam ter vida em abundância como Jesus a deseja (Jo 10, 10). Estão lutando por uma situação em que o povo seja dono da sua produção (Is 65, 22) em que possam morar nas casas por eles mesmos construídas (Is 65, 21) e comer do fruto da terra por eles mesmos trabalhada (Is 62, 8-9); uma situação em que todos possam viver em paz nas colinas da sua própria terra (Salmo 71, 16). Querem uma terra, onde todos possam participar do poder, ser sujeitos de seu próprio destino e, assim, louvar ao Deus Criador pelo dom da vida. Muitos já deram a sua vida por esta causa. Não puderam ver a chegada do novo dia, mas o saudaram como que de longe (Heb 11,13). Outros foram presos, torturados e exilados. Mas todos lutaram e ainda lutam na fé de que a vida é mais forte do que a morte e na esperança de que o seu sangue derramado dê fruto de libertação para os irmãos.

Ora, refletindo sobre tudo isto que está acontecendo hoje nos nossos países, nós achamos que vocês, lutando e sofrendo com coragem nos movimentos populares e vivendo e celebrando com alegria a sua fé nas suas comunidades, estão sendo a Boa Notícia de Deus que já se anuncia no mundo inteiro. Ela já chegou aos ouvidos dos pastores da Igreja, reunidos em Puebla e em Oaxtepec. Em Puebla eles reconheceram: "Nem todos temo-nos comprometido bastante com os pobres; nem sempre nos preocupamos com

“eles e somos com eles solidários” (1140). E disseram ainda: “O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão, e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus” (1147). Em Oaxtepec afirmaram: “Confessamos que nossa indiferença diante do clamor dos setores mais esquecidos, mais oprimidos e necessitados de nossos países contradiz as exigências do Evangelho. Unímo-nos em fazer um apelo aos cristãos da América Latina, para que respondam às exigências da justiça do Reino de Deus num discipulado obediente e radical”.

Assim, através de vocês, o rosto de Cristo resplandece novamente sobre o mundo (2 Cor. 4, 6). Vocês são a carta de Cristo, reconhecida e lida por todos os homens, escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne e nos corações (2 Cor. 3, 2-3).

Através do testemunho de vocês, Jesus Evangeliza os pobres, abre os olhos aos cegos, liberta os cativeiros (Luc. 4, 18-19) enfrenta os poderes de dominação, e recupera a vida para todos. Hoje, como no tempo do cativeiro, o Deus que ressuscitou Jesus da Morte, está escondido no meio da história do lado dos pobres, trabalhando e libertando o seu povo com força vitoriosa que vence a Morte e recria a vida (Is 43, 18).

Nós, reunidos neste Congresso, assumimos a luta de vocês e pedimos ao Pai para que vocês tenham a coragem e a alegria necessária para continuar na missão que já estão realizando: anunciar a todos os homens a Boa Notícia de que o Reino de Deus está chegando (Mc 1, 15): cegos vêem, coxos andam, leprosos são curados, surdos ouvem, mortos ressuscitam, os pobres são evangelizados (Mt 11, 5) e estão evangelizando! A ressurreição que vem de Deus já está em andamento na vida crucificada de tantos irmãos!

Os sinais desta ressurreição estão visíveis nos sepulcros vazios dos milhares de desaparecidos, no sangue derramado de tantos mártires sobretudo na Guatemala, El Salvador, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Haiti e outros lugares; nas lutas dos pobres pela terra e pelos seus direitos; na resistência silenciosa de tantos;

na revolução vitoriosa de Granada e da Nicarágua, onde o povo conquistou a sua liberdade para poder ser livre; no povo e nas comunidades ausentes deste Congresso mas que também estão na luta por um mundo mais justo e mais fraterno, como as de Cuba e de outros povos; enfim, no povo pobre e oprimido que de tantas maneiras se organiza para enfrentar as dominações que, cada vez de novo, procuram esmagar as tentativas do povo.

Nisto tudo, o Reino de Deus vem avançando, com a sua justiça e verdade, julgando o mundo e denunciando os poderosos. Como no tempo do cativeiro, os cristãos devem tirar as vendas dos olhos e procurar enxergar esta grande Boa Notícia de Deus, que hoje se anuncia no mundo inteiro através dos pobres (Is 42, 19-21).

Foi tudo isto que nós refletimos nestes dias de estudo e de oração. Pedimos a vocês e a nós mesmos que, nesta luta, nunca nos esqueçamos daqueles que são mais pobres do que nós e dos pobres da Ásia e da África. Que fiquemos sempre à escuta dos apelos de Deus que nos chegam através dos milhões de pobres do mundo; que continuemos sempre celebrando nossa fé, lendo a vida à luz da Palavra de Deus que nunca nos esqueçamos de que as Comunidades Cristãs populares são como o “ensaio do Reino”, onde o mundo deve poder ver o “povo, a terra e a bênção” que Deus deseja para todos os homens e onde as próprias Igrejas encontram um motivo para a sua conversão e constantes transformações. E finalmente, que nunca nos fechemos só nos nossos próprios interesses, dividindo-nos em lutas internas, mas que nos organizemos numa luta comum para tirar o pecado do mundo, o grande pecado social do sistema capitalista que mata a vida de tantos irmãos. Procuremos vencê-lo pela união de todos, cristãos das várias Igrejas e não cristãos de boa vontade que, como vocês, lutam pela vitória da vida sobre a morte, pois “quem não é contra nós é a nosso favor” (Mc 9, 40). O inimigo comum de todos, este sistema capitalista dependente, é como o dragão do Apocalipse. As pequenas e frágeis comunidades são como a mulher que gême em dores de parto para gerar a vida nova que vence o dragão (apc. 12).

Não tenham medo! Cristo ressuscitou, Ele está vivo! Ele nos garantiu! “Eu venci o mundo. Estarei com vocês até o fim dos tempos” (Jo 16, 33; Mt 28, 20).

Igreja e Estado em El Salvador: Repressão e Morte



D. Oscar Romero, arcebispo de El Salvador nasceu no dia 15 de agosto de 1917. Ordenou-se em 1942 e recebeu o arcebispado em 1977. Em 1978 a Universidade de Georgetown, em Washington, concedeu-lhe um doutorado honorário pelos seus trabalhos no campo dos direitos humanos. Em fevereiro de 1980 recebeu o mesmo título pela Universidade de Louvânia. No dia 9 de março a Ação Ecumênica Sueca lhe conferiu o Prêmio PAZ 1980 e havia sido indicado pela Igreja da Alemanha para o Prêmio Nobel da Paz.

Quando foi designado como Arcebispo, D. Romero foi saudado como advogado de milhares de salvadorenhos que vivem ainda hoje em miséria extrema nas zonas rurais.

No dia 17 de fevereiro de 1980 enviou uma carta ao presidente Carter onde denunciava que "o poder político está em mãos de militares sem escrúpulos, que não sabem fazer outra coisa que reprimir o povo e favorecer os interesses da oligarquia salvadorenhã". Denunciava também nesta mesma carta que cidadãos norte-americanos teriam introduzido no país grande quantidade de material para uso da repressão.

Todos os domingos a catedral ficava repleta de pessoas para ouvir a lista de mortos e desaparecidos e as palavras desassombradas do arcebispo.

No dia 24 de fevereiro anunciara que recebera um aviso de que estava na lista dos que seriam eliminados. E afirmava: "Mas conste que já ninguém pode matar a voz da justiça".

Uma bomba destruiu totalmente as instalações da rádio da arquidiocese que transmitia as homilias dominicais.

Imediatamente uma outra rádio, da Costa Rica, passou a transmiti-las para toda América Central.

A repressão foi aumentando. No sermão do dia 23 de março lançou um grito de angústia: "Em nome de Deus, em nome deste povo sofrido cujos lamentos sobem ao céu cada dia, rogo-lhes, ordeno-lhes, parem com a repressão".

Sua sorte estava selada. No dia seguinte, ao erguer o cálice durante a celebração da Eucaristia, foi metralhado. Seu sangue misturava-se com o sangue do Cristo e vingava a sua aliança com o povo martirizado de El Salvador.

Estava na lógica das forças repressivas que sua voz deveria ser calada. Mas, ao mesmo tempo, foi um ato suicida destas mesmas forças pois essa voz não se calou, ela está mais presente ainda no coração, nas vidas e na prática de luta do povo de El Salvador.